

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL

2010/2011



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

POLÍTICA CULTURAL NAS FORÇAS ARMADAS-UMA NECESSIDADE?

Versão Provisória

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO REALIZADO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA.

Paulo Alexandre Mondego Prata

Capitão-de-mar-e-guerra AN



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**POLÍTICA CULTURAL NAS FORÇAS ARMADAS-UMA
NECESSIDADE?**

Versão Provisória

Paulo Alexandre Mondego Prata

Capitão-de-mar-e-guerra AN

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2010/11

Lisboa, 2011



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**POLÍTICA CULTURAL NAS FORÇAS ARMADAS-UMA
NECESSIDADE?**

Versão Provisória

Paulo Alexandre Mondego Prata

Capitão-de-mar-e-guerra AN

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2010/11

Orientador: Cmg M Oliveira e Lemos

Lisboa, 2011



Agradecimentos

Na realização do presente trabalho desejo agradecer a grande disponibilidade e colaboração do Vice-Almirante Director da Comissão Cultural da Marinha, do Tenente-General Vice-Chefe do Estado-Maior da Força Aérea e do Major-General Director de História e Cultural Militar do Exército, que me proporcionaram um excelente apoio documental e uma visão muito esclarecida sobre a actividade dos órgãos de natureza cultural dos respectivos ramos das Forças Armadas.



ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| Enunciado, contexto e base conceptual | 2 |
| Objecto de Estudo e sua delimitação | 3 |
| Objectivos da investigação..... | 3 |
| Pergunta de Partida e Questões Derivadas | 4 |
| Metodologia, percurso, instrumentos e estrutura | 4 |
| 1. O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL E CULTURAL | 6 |
| a. Breve caracterização de Portugal | 6 |
| b. Identidade e cultura | 8 |
| c. Forças Armadas e identidade cultural..... | 13 |
| d. Síntese conclusiva | 17 |
| 2. FUNÇÕES E TAREFAS DOS ÓRGÃOS DE NATUREZA CULTURAL DOS RAMOS DAS FORÇAS ARMADAS | 19 |
| a. A orgânica de natureza cultural das Forças Armadas | 19 |
| b. Marinha..... | 20 |
| c. Exército..... | 24 |
| d. Força Aérea..... | 28 |
| e. Principais domínios de intervenção cultural..... | 29 |
| f. Síntese conclusiva | 30 |
| 3. REFLEXÕES PARA UMA POLÍTICA CULTURAL NOS RAMOS DAS FFAA 31 | |
| a. Conceitos e perspectivas | 31 |
| b. Ambiente envolvente..... | 32 |
| c. Oportunidades, desafios, potencialidades e constrangimentos | 34 |
| d. Finalidades, objectivos e linhas de acção | 35 |
| e. Síntese conclusiva | 37 |
| CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES | 38 |
| BIBLIOGRAFIA | 40 |



ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma da Marinha

Figura 2 – Organograma da DHCM

Figura 3 – Organograma da DSP

Figura 4 – Organograma da Força Aérea



ÍNDICE DE APÊNDICES

A 1 – Diagrama de Validação

A 2 – Agenda Cultural da Marinha (Março – Maio 2011)



Resumo

O presente trabalho procura encontrar resposta para a interrogação suscitada no próprio tema, “Política Cultural nas Forças Armadas – uma necessidade?”, mediante a avaliação do contributo que os órgãos de natureza cultural dos ramos das Forças Armadas poderão dar para salvaguardar, divulgar e transmitir com eficácia às gerações futuras todo um legado de princípios, regras, valores e comportamentos que fazem parte da nossa cultura e da nossa identidade nacional, construídas ao longo de quase nove séculos.

Concomitantemente, mediante resposta afirmativa, ajuíza-se a implementação de uma política cultural específica, explícita e coerente, na gestão dos vários órgãos de natureza cultural dos ramos das Forças Armadas, face à dimensão qualitativa e quantitativa das actividades desenvolvidas, contribui para o reforço da afirmação e da relevância da instituição militar e funciona como elo de interpenetração privilegiado entre esta e a sociedade civil.



Abstract

This paper seeks an answer to the question raised in the issue itself, "Cultural Politic in the Armed Forces - a necessity?", by evaluating the contribution of the cultural nature agencies of the armed forces branches, to preserve, transmit and disseminate with effectiveness to all future generations a legacy of principles, rules, values and conduct that are part of our culture and national identity, built throughout almost nine centuries.

Simultaneously, upon an affirmative answer, it evaluates whether the implementation of a specific, explicit and consistent cultural policy in managing the various cultural nature agencies of the armed forces branches, given the qualitative and quantitative dimension of their activities, contributes to reinforce the assertion and the relevance of the military institution and serve as a privileged link with the civil society.



Palavras-chave

Portugal, Identidade Nacional, Cultura, Política, Forças Armadas, Marinha, Exército, Força Aérea

Key Words

Portugal, National Identity, Culture, Politics, Armed Forces, Navy, Army, Air Force



Lista de abreviaturas

| | |
|------|--|
| ChBF | Chefia de Bandas e Fanfarras |
| DHCM | Direcção de História e Cultura Militar |
| DSP | Direcção do Serviço de Pessoal |
| FFAA | Forças Armadas |
| HIP | Hipóteses |
| ONC | Órgãos de Natureza Cultural |
| QC | Questão Central |
| QD | Questão Derivada |
| SMO | Serviço Militar Obrigatório |
| TII | Trabalho de Investigação Individual |
| WWW | <i>WorldWideWeb</i> |



Introdução

O tema “ **Política Cultural nas Forças Armadas – uma necessidade?**”, estudado no presente trabalho de investigação individual (TII), tem utilidade, oportunidade e interesse, face à actual situação política, social e económica vivida no país, com severo impacte directo nas Forças Armadas (FFAA).

Ao longo das últimas décadas têm sido vários os factores que contribuíram para que se tenha instalado na sociedade portuguesa a percepção de que as FFAA estão sobredimensionadas, face às reais necessidades do País em matéria de defesa da sua integridade e soberania, constituindo-se, por isso, num peso excessivo e não produtivo na afectação dos dinheiros públicos.

De facto, o fim do Serviço Militar Obrigatório (SMO), as vicissitudes da aquisição de pessoal em regime de voluntariado e contrato, a par da quase permanente exigência de sacrifícios materiais e de frustração das expectativas individuais dos portugueses, tem levado à disseminação no seio da sociedade civil de sentimentos de alheamento e incompreensão relativos à finalidade das FFAA.

Todavia, ao longo dos séculos, as Forças Armadas Portuguesas foram determinantes na construção da identidade nacional, na definição das fronteiras do país – as mais antigas da Europa – na restauração da independência, na promessa de liberdade e democracia, na formação de sucessivas gerações de jovens, profissionais de várias áreas, militares e civis, que se distinguiram e distinguem, não só nas armas e nas profissões menos mediáticas, mas também na medicina, na engenharia, nas artes, nas ciências, nas letras, na cultura e na política.

É passado e memória que importa preservar e divulgar. Hoje, as FFAA são também factor de projecção de Portugal no mundo muitas vezes em teatros de operações distantes, onde se defende a nossa liberdade e a nossa segurança, se afirmam os valores civilizacionais que partilhamos e se procede à realização de tarefas essenciais para o bem-estar das populações locais.

No dia-a-dia – frequentemente à margem da atenção da opinião pública e dos órgãos da comunicação social – as FFAA socorrem concidadãos em aflições por força de catástrofes naturais ou de acidentes, apoiam populações com carências estruturais e são o garante último da segurança e defesa de Portugal face às novas ameaças num mundo globalizado.

Para além de tudo isto – graças à formação e aos elevados códigos de conduta moral e ética que cultivam e praticam – as FFAA continuam a ser uma reserva moral numa



sociedade em crise de valores e num ambiente civilizacional falho de referências estáveis, dominado pelo hedonismo e sucesso individual a qualquer preço, em que o consumismo fácil e imediato e o abandono do interesse colectivo se sobrepõem à valorização do bem comum.

Por isso, hoje, talvez mais do que nunca, tem actualidade, e adaptabilidade a uma instituição multi-secular como as FFAA, a frase de Agustina Bessa-Luís “*A cultura é o que identifica um povo com a sua finalidade*”.

Enunciado, contexto e base conceptual

Existem múltiplas definições de cultura, que realçam quer o sentido absoluto (filosófico e pedagógico), normalmente associado à vida intelectual e ao pensamento crítico e reflexivo no estudo das artes e das ciências, quer o sentido relativo (antropológico, sociológico e etnográfico) deste conceito, que engloba o conjunto de crenças, costumes, maneiras de pensar e de agir próprios de uma sociedade humana (RIUTORT, 1999:67), podendo, por conseguinte, afirmar-se que a cultura é um dado universal: não há Homem sem cultura, nem cultura sem sociedade (LIMA, 1987:29).

Face a esta diversidade, foi necessário estabelecer em primeiro lugar uma definição de referência. Assim, ao longo do presente trabalho, optou-se por considerar a definição plasmada na Declaração Universal da Unesco sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2001:1)¹, que descreve cultura como:

“O conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afectivos, que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e em que se englobam, para além das artes e das letras, os modos de vida, as formas de vida em comum, os sistemas de valores, as tradições e as crenças”.

Esta definição de cultura não inclui explicitamente o património, mas o art. 7.º do mesmo texto refere que “*o património, em todas as suas formas, deve ser preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras como testemunho da experiência e das aspirações humanas*”. A Declaração acrescenta ainda que a cultura “*está no centro dos debates contemporâneos sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma economia baseada no saber*” e que, “*fonte de trocas, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para a espécie humana, tão necessária como a biodiversidade para*

¹ Adoptada unanimemente pelos 185 Estados-parte durante a 31ª Sessão da Conferência Geral em 2001 (Paris, 2 de Novembro de 2001), pouco tempo após o 11 de Setembro, esta Declaração constitui o acto inicial de uma nova ética da UNESCO para o séc. XXI. A comunidade internacional passou a dispor, pela primeira vez, de um instrumento abrangente para questões relacionadas com diversidade cultural e o diálogo intercultural, garantes do desenvolvimento e da paz.



o conjunto dos seres vivos”. No seu art. 11.º, o texto mencionado afirma também que “*por si só, as forças do mercado não podem garantir a preservação e a promoção da diversidade cultural, condição de um desenvolvimento humano durável*”, e que “*convém reafirmar o papel primordial das políticas públicas, em parceria com o sector privado e a sociedade civil*”.

Encontrando-se Portugal a viver uma situação conjuntural de grave crise económica e financeira, mas também social e de valores, considera-se incontornável que as FFAA dediquem uma maior atenção, investimento e divulgação a um dos seus mais duradouros e estratégicos pilares de sustentação e afirmação, a sua identidade cultural, tendo em vista a permanente demonstração da relevância do seu contributo para a coesão e desenvolvimento sustentado da sociedade, através da realização de tarefas essenciais para o bem-estar comum e, concomitantemente, mitigar o cada vez mais vincado, sentimento generalizado de “*...mais manteiga, menos canhões...*”.

Objecto de estudo e sua delimitação

O objecto do trabalho centra-se na actividade dos órgãos de natureza cultural dos ramos das FFAA, nomeadamente, quanto ao seu contributo institucional para o cumprimento das missões que por lei estão cometidas às FFAA, materializado através da preservação do património cultural e da divulgação dos valores, das tradições e dos traços distintivos que as caracterizam enquanto instituição, bem como, quanto ao seu actual enquadramento jurídico e normativo, tendo em vista responder positivamente, ou não, à necessidade de implementar uma política cultural.

Objectivos da investigação

Objectivo Geral

O objectivo geral deste trabalho é, no contexto dos ramos das FFAA e numa conjuntura nacional profundamente marcada por fortes restrições orçamentais e descrença colectiva, determinar se, e como, poderá o sector funcional Cultura contribuir para o reforço da afirmação e da relevância das FFAA e funcionar como elo de interpenetração privilegiado entre estas e a sociedade civil.

Objectivos Específicos

- Caracterizar a dimensão e importância das actividades de natureza cultural dos ramos das FFAA;



- Avaliar a necessidade da implementação de uma política cultural específica, explícita e coerente, na gestão dos vários órgãos de natureza cultural (ONC) dos ramos das FFAA;

- Elaborar contributos para uma eventual política cultural a definir.

Pergunta de Partida e Questões Derivadas

Face a este enquadramento, foi levantada a seguinte pergunta de partida ou questão central (QC) deste trabalho:

(QC) – A produção, a divulgação e a preservação dos bens, das actividades e das características culturais próprias das Forças Armadas (FFAA), carecem da definição de uma política específica?

Desta, foram deduzidas as seguintes questões derivadas (QD):

(QD 1) – São os ramos das FFAA depositários de capacidades de natureza cultural que lhes possibilitem vincar, consolidar e influenciar a mentalidade e a vontade nacionais?

(QD 2) – A concepção de uma política cultural no âmbito dos ramos das FFAA é desejável e exequível, face aos meios disponíveis?

(QD 3) – Que finalidades, que objectivos e que resultados se visam alcançar com uma política cultural?

Para tratamento da QC e das QD foram formuladas as seguintes hipóteses (HIP) que, ao serem validadas ou negadas, permitem encontrar resposta, ou não, para a QC:

(HIP1) – As FFAA contribuem para a formação da identidade e cultura nacionais.

(HIP2) – A dimensão quantitativa e qualitativa das responsabilidades de natureza cultural dos ramos das FFAA implica uma gestão coerente e optimizada.

(HIP3) – A implementação de uma política cultural por parte dos ramos das FFAA é facilitadora de abertura e reconhecimento junto da sociedade civil.

Metodologia, percurso, instrumentos e estrutura

Como referencial na elaboração do trabalho foi utilizada a metodologia estabelecida nas Normas de Execução Permanente (NEP n.º DE 218, de 14 de Abril de 2010), do Instituto de Estudos Superiores Militares, complementada, no aplicável, pelo modelo de investigação plasmado no “Manual de Investigação em Ciências Sociais” (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2005).

O tema objecto do presente trabalho caracteriza-se pela volatilidade e intangibilidade das percepções e das interpretações dos eventuais actores e interventores na



matéria, pelo que se adopta como método de abordagem o “hipotético-dedutivo”, partindo de uma visão geral para se atingir uma avaliação particular.

As hipóteses estabelecidas, que mediante verificação e validação, permitirão responder às questões derivadas e, assim, atingir os objectivos específicos, serão o fio condutor do trabalho de investigação e fornecerão os critérios para a recolha de dados e elementos de análise que, fundamentalmente, se consubstanciou com recurso a pesquisa e consulta de documentação, obras e textos bibliográficos e *sites* da *WorldWideWeb* (WWW), e, para a recolha de informação de âmbito institucional, a entrevistas presenciais e via e-mail, a personalidades de reconhecido mérito e a actuais responsáveis dos ramos das FFAA com responsabilidades e competências na área cultural.

O presente trabalho compreende uma introdução, três capítulos de desenvolvimento, bem como um capítulo final de conclusões e recomendações. Na presente introdução foram caracterizados o tema e o seu interesse, descrito o objecto do estudo e a sua delimitação, assim como os objectivos identificados, a QC definida, as QD formuladas, as HIP estabelecidas e a metodologia de investigação seguida.

Nos capítulos um a três analisamos sucessivamente: o potencial de natureza cultural existente nos ramos das FFAA e a sua utilização enquanto instrumento de afirmação e relevância no seio da sociedade civil, a avaliação das possibilidades e dos benefícios que o desenho de uma política cultural, explícita e coerente, poderá proporcionar no alcance do desiderato de manter as FFAA como instituição de referência nacional, incontornável para os portugueses.

Por fim terminamos com as conclusões e recomendações da investigação que, respondendo à QC, apresentam, respectivamente, uma retrospectiva das grandes linhas seguidas e identificam contributos para o eventual estabelecimento de uma política cultural ao nível de cada ramo das FFAA.



“As pessoas hoje conhecem o preço de tudo e o valor de nada”

Oscar Wilde, in O Retrato de Dorian Gray

1. O papel das Forças Armadas na formação da identidade nacional e cultural

a. Breve caracterização de Portugal

“Portugal, oficialmente República Portuguesa, é um país localizado no sudoeste da Europa, cujo território se situa na zona ocidental da Península Ibérica e em arquipélagos no Atlântico Norte. Possui uma área total de 92 090 km², e é a nação mais ocidental do continente europeu. O território português é delimitado a Norte e a Leste por Espanha e a Sul e Oeste pelo Oceano Atlântico, e compreende a parte continental e as regiões autónomas: os arquipélagos dos Açores e da Madeira.

O território correspondente ao actual Portugal foi continuamente ocupado desde a Pré-História. Em 29 a.C. era habitado por vários povos, como os Lusitanos, quando foi integrado no Império Romano como a província da Lusitânia e parte da Galécia, influenciando fortemente a cultura, nomeadamente a língua portuguesa, na maior parte originada no latim. Após a queda do Império Romano, estabeleceram-se aí povos germânicos como os Visigodos e os Suevos, e no século VIII seria ocupado por árabes.

Durante a reconquista cristã foi formado o Condado Portucalense, primeiro como parte do Reino da Galiza e depois integrado no Reino de Leão. Com o estabelecimento do Reino de Portugal em 1139, cuja independência foi reconhecida em 1143, e a estabilização das fronteiras em 1249.

Portugal reclama o título de mais antigo estado-nação europeu.

Durante os séculos XV e XVI, os portugueses foram pioneiros na exploração marítima, estabelecendo o primeiro império colonial de amplitude global, com possessões em África, na Ásia e na América do Sul, tornando-se uma potência mundial económica, política e militar. Em 1580, após uma crise de sucessão, foi unido a Espanha na chamada União Ibérica que duraria até 1640. Após a Guerra da Restauração foi restabelecida a independência sob a nova dinastia de Bragança, com a separação das duas coroas e impérios.

O terramoto de 1755 em Lisboa, as invasões espanhola e francesas, a perda da sua maior possessão territorial ultramarina, o Brasil, seguidos da guerra civil, resultaram no desmembramento da estabilidade política e económica, reduzindo o estatuto de Portugal como potência global no século XIX.

Após a queda da monarquia, em 1910, foi proclamada a República, iniciando o actual sistema de governo. A instável Primeira República foi sucedida por uma ditadura



sob o nome de Estado Novo. Na segunda metade do século XX, na sequência da guerra colonial portuguesa e do golpe de estado da revolução dos cravos em 1974, a ditadura foi deposta e estabelecida a democracia parlamentar, com todos os territórios ultramarinos a obter a sua independência, nomeadamente Angola e Moçambique em África; o último território ultramarino, Macau, seria entregue à China em 1999.

Portugal é hoje um país desenvolvido, economicamente próspero, social e politicamente estável e com Índice de Desenvolvimento Humano muito elevado. Encontra-se entre os 20 países do mundo com melhor qualidade de vida, apesar de o seu PIB per capita ser o menor entre os países da Europa Ocidental. Portugal é o 13º país mais pacífico do mundo.

É membro das Nações Unidas e da União Europeia (na altura da sua adesão em 1986, CEE), e membro fundador da NATO, da OCDE, da Zona Euro (da União Europeia) e da CPLP. Participa em diversas missões de manutenção de paz das Nações Unidas. Portugal é também um estado membro do Espaço Schengen.” (WIKIPEDIA, 2010: 1).

Desta síntese histórica, adequada à forma de circulação, consumo e tratamento da informação em tempos de globalização, do que foi a evolução e o posicionamento de Portugal no mundo ao longo destes quase nove séculos, enquanto Nação e Estado soberano, pode inferir-se que só foi possível assim ter acontecido, porque, com fronteiras definidas e estáveis, sem fracturas étnicas ou rácicas, com uma língua, uma identidade e uma cultura próprias e instituições de referência eminentemente nacionais, os portugueses foram capazes de construir e garantir, com projectos comuns de futuro, a sua soberania e a sua independência, como marcas indeléveis da geopolítica de Portugal.

“O caso português pode ser referenciado como pioneiro numa longa e fecunda gestação — a emancipação de D. Afonso Henriques, a fronteira de D. Dinis, a adopção do romance galaico-português como língua oficial, a revolução de 1383-85, a afirmação do Estado moderno com D. João II, o império universal português, a decadência e a Restauração, a Regeneração liberal, o Republicanismo, a Democracia...” (MARTINS, 2008:173).

Das palavras de Eduardo Lourenço retiramos que esta evolução multi-secular resulta de um processo consciente assumido pelos portugueses, existimos porque quisemos e queremos, *“Saído de ilusões..., povo missionário de um planeta que se missiona sozinho, confinado no modesto centro de onde saímos para ver e saber que há um só mundo, Portugal está agora em situação de se aceitar tal como foi e é, apenas um povo entre os*



povos. *Que deu a volta ao mundo para tomar a medida da sua maravilhosa imperfeição*” (MARTINS, 2008: 178)

b. Identidade e cultura

Caracterizar Portugal e os portugueses não é uma tarefa fácil. As análises frias e desapaixonadas não abundam, porque como disse Torga “...temos que ser grandes em tudo porque nos sentimos pequenos em tudo...”, (BARRENTO, 2010:312), ora somos os melhores, ora somos os piores ou, como disse o Padre António Vieira, “...o povo eleito do quinto império, ou os cafres da Europa...”, (BARRENTO, 2010:312), ou Oliveira Martins “...o génio português no que ele tem, de «vago e fugitivo» (...) no heroísmo lusitano, o que ele revela de «nobreza» (...) nas «nossas letras e no nosso pensamento, uma nota profunda ou sentimental, irónica ou meiga» ...”, (MARTINS, 1908) ou ainda Agostinho da Silva quando diz que o português “...é um ser a albergar em si, tranquilamente, variadas contradições (...) comporta-se, exactamente, como se tivesse ao dispor um molho de chaves, para empregar cada chave na fechadura própria, e não, como sucede com muitos outros povos, apenas uma chave com a qual pretendem abrir todas as portas...” (BORGES, 1998:131).

A identidade dos portugueses, adquirida pela aculturação das populações autóctones com os povos migrantes, permite distingui-los de outros povos, “...o português é um misto de sonhador e de homem de acção, ou, melhor, é um sonhador activo a que não falta um certo fundo prático e realista (...) alimenta-se de imaginação, do sonho (...) é sobretudo profusamente humano, sensível, amoroso e bondoso (...) não gosta de fazer sofrer e evita conflitos, mas, ferido no seu orgulho, pode ser violento e cruel (...) tem uma enorme capacidade de adaptação a todas as coisas, ideias e seres (...) é, fortemente individualista, mas possui grande fundo de solidariedade humana (...) tem um forte espírito crítico e trocista e uma ironia pungente...” (DIAS, 1961), porque, consciente das limitações e das fracas condições do país, da necessidade de sobreviver ou na satisfação de um desejo de afirmação e realização, procurou sempre novos horizontes e oportunidades em busca da sobrevivência, daí resultando uma notável capacidade de adaptação a novas vivências, actividades e de diálogo com outros povos e outras culturas.

Esta capacidade, digamos dialéctica, de nos relacionarmos com e no mundo, tem sido uma marca que vem atravessando a nossa história, na busca da solução para os problemas que, apesar de serem estruturais, teimamos em tratar como conjunturais, desde o império no Indico, passando pelo Brasil, depois África e, agora, pela Europa. Recorde-se a este propósito, que o fenómeno da globalização, hoje permanentemente convocado a



respeito da forma como os países interagem e se interligam no mundo, nos aspectos económicos, sociais, culturais e políticos, não é uma realidade nova para a qual fomos simples e repentinamente arrastados, mas antes um processo complexo e evolutivo que se iniciou com os descobrimentos dos portugueses do século XV, que com as suas navegações «deram novos mundos ao mundo».

Neste percurso, o mar, como sabemos, tem sido o mais antigo aliado de Portugal e, sobretudo, o mais constante, com o qual mantemos uma relação íntima e permanente. Recorrendo novamente a Agostinho da Silva, “...Portugal (...) é um cais, simplesmente um cais, com um mar adiante, cujo horizonte incitava (...) nós somos um povo de embarcar, não somos um povo de ficar na terra, a não ser que haja horizonte para contemplar.” (BORGES, 1998:139). O mar é parte integrante da nossa identidade e da nossa própria história nos últimos 500 anos. Foi condição de independência e alternativa à pressão continental e à ameaça de anexação no quadro peninsular, proporcionou uma compensação marítima, um modelo baseado na antinomia entre o continente e o mar, entre a Europa e o Atlântico. Naturalmente, o resultado desta percepção foi o da viragem para o mar, o da afirmação do vector marítimo e do primado do Portugal Atlântico, constituindo-se como um dos principais elementos forjadores e influenciadores da mentalidade e vontade nacionais.

Sem grande dificuldade se observa que desde as suas primeiras manifestações – as *Cantigas de Amigo* – o elemento marítimo, a relação do português com o mar envolvendo comportamentos e formas de vida, ocupa lugar cimeiro. É uma evidência o tributo que *Os Lusíadas* são à saga marítima dos portugueses, os Descobrimentos, feito dos feitos da nossa História. Desse deambular, levando e trazendo, relacionando a Europa com os novos mundos, numa aventura ímpar, gesta de todo um povo e não de um indivíduo, ficou o registo perene na *Peregrinação*, relato de grandezas e misérias, lugar de encontro de civilizações, que o mar separa e une, em que o elemento fantástico, sem desaparecer em definitivo, cedeu lugar a uma realidade que a Europa e o Ocidente se recusavam a admitir ou, no mínimo, desconheciam. Que melhor expressão para os traços essenciais do modo de ser português, ainda hoje, do que aquele explanado pelas páginas realista e dramaticamente cruéis de *O Soldado Prático*, de Diogo do Couto e pelos episódios trágicos e tão humanos descritos na *História Trágico-marítima*?

Como ninguém, também Fernando Pessoa plasmou na *Mensagem* toda a textura de uma identidade cultural forjada na paisagem marítima, como se tal fosse uma fatalidade.



Não é só na literatura que se observa esta cultura de paisagem marítima, também na arquitectura está patente de modo fortemente real, simbólico e impressivo (tendo dado origem a um estilo próprio – o manuelino), vejam-se os exemplos da Torre de Belém, do Mosteiro dos Jerónimos, do Padrão dos Descobrimentos, mas olhe-se, particularmente, para a famosa janela do Convento de Cristo, em Tomar, um monumento que podemos apontar como repositório de toda uma cultura, do século XI ao século XVIII, que as diferentes intervenções construtivas testemunham, mas cujo destaque vai, naturalmente, para a paisagem marítima nele inscrita que tudo domina.

Também na economia, o peso das actividades directa e indirectamente relacionadas com o mar é expressivo e com elevado potencial de crescimento futuro², e nos hábitos alimentares, Portugal apresenta-se como um dos países com maior consumo de peixe *per capita*³.

É esta cultura de paisagem marítima que trouxemos à Europa e ao mundo, primeiro como mera correia de transmissão, lugar de passagem, agora como elemento impressivo daquilo que somos como país no seio da União Europeia.

Esta marca identitária que nos tem acompanhado ao longo da história, constitui um dos fundamentos mais importantes da nossa memória colectiva, e, por conseguinte, da consciência de identidade nacional, onde a língua portuguesa, seguramente, a expressão mais antiga e mais profunda da nossa identidade, é o elo privilegiado de ligação entre o povo português e a sua rica e heterogénea cultura.

A cultura portuguesa, que tem as suas raízes na cultura fenícia, celta, ibera, hebraica, germânica, berbere e romana, foi-se cimentando com o passar do tempo e fortalecendo com as marcas que nela foram sendo transpostas por outras culturas.

Um dos pilares fundamentais da nossa especificidade enquanto nação com entidade cultural autónoma é o resultado dessa capacidade histórica de, por um processo de simbiose, se construir e se renovar, num exemplo de abrangência que legámos ao mundo, uma certa globalização que ela mesma fez, formando uma identidade de país pluricontinental, num percurso construtivo da sua identidade cultural, entendida como aquilo que consagra a existência de um núcleo de características constantes, quase

² De acordo com o estudo realizado pela Sociedade de Avaliação Estratégica e Risco (SaeR), o *Hypercluster* da Economia do Mar, 2009, a economia do mar representava 5 a 6% do PIB nacional em 2009 e pode representar 10 a 12% em 2025.

³ De acordo com os dados da FAO (*Food and Agriculture Organization of the United Nations*) de 2005, os portugueses consumiram 55,6 kg/habitante/ano – o maior valor de entre os países da UE e o segundo mais elevado em todo o mundo, a seguir ao Japão, exceptuando os países, designadamente ilhas e arquipélagos, com menos de 400 000 habitantes.



inalteráveis, a par de um processo de construção permanente e em mudança contínua, ou, nas palavras de Margarida Calafate Ribeiro, “...*identidade de nação pluricontinental sedimentada num sentimento de diferença relativamente a outros europeus, e de sentido único na relação com outros povos, motivado pelo contacto pioneiro que os Descobrimentos tinham proporcionado, dando assim lugar a um discurso fundador de uma identidade baseada no conhecimento do novo mundo e da centralidade de Portugal nesse processo...*” (RIBEIRO, 2004:32).

Caracteristicamente, a identidade cultural portuguesa construiu-se no contacto, na busca do outro para melhor se conhecer, dando razão a José Saramago quando afirmou: “*A busca do Outro talvez seja o caminho pelo qual cada um de nós consegue chegar a si próprio. Para aproximarmo-nos àquilo que somos temos de passar pelo Outro.*” (BLOCKEEL, 2001).

A identidade portuguesa é pois produto de uma viagem de séculos por uma encruzilhada de povos, que a enforma, que cresce pela diversidade miscigenada, com uma cultura de paisagem marítima onde, verdadeira, histórica e fundamentalmente, se encontra o nosso chão, pelo qual todos caminhamos amparados pela língua portuguesa⁴.

Com efeito, a língua portuguesa é a expressão mais profunda da nossa identidade e o elo privilegiado de ligação entre o povo português – na sua heterogeneidade cultural interna – e as novas nações que ele ajudou a fundar, e um dos nossos maiores activos estratégicos da projecção nacional no exterior, nas suas múltiplas dimensões, diplomática, económica e cultural.

Esta longa caminhada histórica, identitária e cultural, só foi possível, desde logo, pela existência de uma língua comum, mas também pela presença interventiva de instituições e organizações nucleares na sociedade que, não obstante a natural evolução que foram e vão sofrendo, funcionaram e funcionam independentemente dos regimes ou dos momentos históricos, sempre souberam transmitir os valores e as referências

⁴ Com cerca de 250 milhões de falantes espalhados por quatro continentes, o português, adoptado em 1290 por decreto do rei D. Dinis, é a quinta língua mais falada no mundo e utilizada na Internet. É língua oficial em Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e, desde 13 de Julho de 2007, na Guiné Equatorial. Possui estatuto de língua oficial na União Europeia, no Mercosul, na União Africana, na Organização dos Estados Americanos, na União Latina, na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e na Associação dos Comitês Olímpicos de Língua Oficial Portuguesa (ACOLOP).



fundamentais para que os portugueses, de forma soberana, tenham constituído uma comunidade livre, que procura cumprir o seu destino colectivo.

Em primeiro lugar a família, como instituição celular de todos os tempos, a mais natural, que é berço e escola de atitudes e comportamentos, porque os laços de sangue são inegavelmente laços de coesão e de pertença. *“Nela se reconhecerá também a primeira e mais natural instituição que articula os comportamentos e aspirações dos seus membros, considerada ainda desde Aristóteles como a primeira forma embrionária e imperfeita da Polis.”* (NEVES, 2007: 15)

A Igreja, a religiosidade católica, cujos valores foram, ao longo de décadas e séculos, paradigma dos modos de viver, de estar, de sentir e de agir e que, ainda hoje, continua a marcar profundamente a tradição e a cultura portuguesas, quer ao nível das referências éticas e dos princípios morais, quer exprimida em práticas populares.

A escola, enquanto formadora e educadora cívica, que habilitando os estudantes a tornarem-se cidadãos dignos, válidos, responsáveis e úteis à sociedade, os consciencializa da pertença a uma determinada realidade nacional e identidade cultural.

As FFAA, cujo percurso histórico se confunde e é indissociável da história do país, foram, são e serão sempre uma componente estruturante da identidade nacional, um activo permanente com o qual o país pode contar, com valores que moldaram a alma e o sentir português e que têm constituído uma notável escola de cidadania, fiéis depositárias de nobres tradições e detentoras de uma forte herança histórica e cultural, procurando transmitir às novas gerações valores fundamentais como a abnegação e o sacrifício, a coesão, a disciplina, a honra e o profissionalismo, mas também a coragem, a lealdade, a integridade, a ousadia e o serviço à causa do bem comum.

José Mattoso considera *“que a consciência de pertença a uma determinada categoria nacional implica obviamente que se conheçam os caracteres dessa mesma categoria. Ora esta consciência não é tão óbvia para todos os indivíduos que o registo civil considera portugueses como poderá parecer à primeira vista. É sem dúvida evidente para a maioria dos cidadãos que já fizeram a escolaridade obrigatória e cumpriram o serviço militar”*. (MATTOSO, 2008: 9)

Na secção seguinte procuraremos demonstrar que efectivamente as FFAA foram, são e continuarão uma instituição essencial no forjar da identidade nacional e cultural de Portugal.



c. Forças Armadas e identidade cultural

Em artigo publicado na Revista Militar (SANTO, 2008: 1), o General Gabriel Augusto do Espírito Santo sustenta que na História de Portugal, Nação, Estado e Instituição Militar constituem os vértices de um triângulo começado a construir na modernidade da Europa, iniciada pela Paz de Vestefália em 1648, num tempo em que Portugal prosseguia uma *Grande Estratégia* nessa Europa, visando ter direito a espaço próprio e voz independente do seu vizinho na Península Ibérica, voltando a ser um Reino “*com monarca próprio e natural*”.

Assinado o Tratado de Paz com a Espanha, em 1668, Portugal pôde prosseguir o seu caminho na construção ou fortalecimento daqueles vértices, não se afastando muito dos modelos de organização do poder, nas suas componentes cultural, organizativa, do direito, dos instrumentos militares e do seu inter-relacionamento seguidos pela parte ocidental da Europa em que inseria.

A materialização dos lados desse triângulo ao longo de quase quatro séculos decorridos (menos tempo do que o passou entre o reconhecimento de Portugal como Reino independente e a integração na Coroa de Espanha em 1580) constitui o tempo da *modernidade* nas relações Nação – Estado, Nação – Instituição Militar e Estado – Instituição Militar, que foi de grandes debates, de interrogações e de sobressaltos, mas também de grande produção intelectual e de conceptualização. Em Portugal e na sociedade portuguesa, e até 1974, nesse debate esteve sempre presente uma realidade: o *Império* e as suas sucessivas transformações e mutações para a realidade da Nação, quer se focalizassem no Oriente, no Brasil ou em África. O Império, em mais de cinco séculos, atravessou a Nação, o Estado e a Instituição Militar. (SANTO, 2008: 1)

De acordo com o Prof. António José Telo (TELO, 2005: 103-136), o papel interno da instituição militar na sociedade portuguesa recente está directamente relacionado com a forma de entrada do país no período contemporâneo. Na transição entre o antigo regime do século XVIII e as estruturas liberais e urbanas do XX é notório que os militares tiveram um papel essencial, mais concretamente, os militares revelaram-se o motor das transições políticas de fundo em Portugal nos últimos dois séculos.

As transições mencionadas anteriormente foram precedidas e/ou acompanhadas de uma grande vaga de inovação, em regra com uma tónica tecnológica, necessariamente acompanhada por reformas organizativas, tácticas, estratégicas e de mentalidade da instituição militar.



Assim, em 1820 (transição da monarquia absoluta para a monarquia liberal constitucional), temos a ampla e súbita transição do exército do antigo regime para outro do cidadão soldado com uma motivação nacionalista, apadrinhada e conduzida pela Inglaterra.

Em 1851, a Regeneração (altera a Carta Constitucional e muda por completo o aparelho político e o seu funcionamento, criando um sistema rotativo de dois grandes partidos, alinhados ao centro, que governará o país de forma estável até 1890) é precedida por um período de guerras internas intensas, com a chegada de muitas das técnicas da 1ª revolução industrial, onde se assiste nomeadamente ao primeiro combate entre vapores ou à vulgarização das armas estriadas e de fecho de fulminante.

No período de 1890 a 1910 (as crises política e financeira internacionais obrigam a mudar o modelo económico fontista, mas a incapacidade de auto-reforma da monarquia constitucional conduz à proclamação da República em 1910), temos a ampla renovação das FFAA provocada pelas campanhas de pacificação intensas, com a chegadas das técnicas da 2ª revolução industrial, como sejam as embarcações em aço, as armas de repetição, a artilharia de tiro rápido com granada explosiva, os pontões pré-fabricados, as canhoneiras, a medicina tropical moderna e outras. Mesmo já no começo do século XX chegam ao Exército novas armas sem as quais pura e simplesmente não teria sido possível a vitória republicana no 5 de Outubro, como sejam a metralhadora Maxim e a peça de tiro rápido de 7,5 cm Schneider-Canet.

Em 1926 (cai o regime republicano e instala-se a ditadura militar, começando então a edificação de um novo modelo económico, baseado nas finanças equilibradas, já esboçado na parte final da República), a movimentação é precedida pelo forte abalo da beligerância na Grande Guerra, muito em especial na Flandres, onde as mudanças nas FFAA foram mais uma vez ditadas pela Inglaterra. É nesta altura que chegam a Portugal, por exemplo, os navios movidos a combustíveis líquidos, os modernos estados-maiores ou a aeronáutica militar.

Em 1974 (transição conturbada mas rápida para um regime democrático pluralista de tipo ocidental e para uma economia mais aberta, virada à Europa e com regras de funcionamento diferentes da anterior), a revolução é precedida por dois marcos sucessivos e significativos: o impacto da NATO na década de 1950 e o impacto das guerras de África na década de 1960. Entre ambos, temos a chegada à sociedade portuguesa de muitas das técnicas e formas organizativas das sociedades pós-industriais.



Em qualquer dos casos, temos perante nós vagas de inovação, com uma forte componente tecnológica, que afectam em primeiro lugar os militares devido ao seu envolvimento em conflitos anormalmente intensos e exigentes. Os períodos de guerras (internas ou externas) são assim um elemento essencial em todo o processo, pois são eles que trazem consigo vagas de inovação a todos os níveis para as FFAA. A afirmação é verdadeira em termos técnicos, organizativos, operativos e formativos. Por exemplo, para compreender o forte elo entre os militares e a técnica, basta recordar que até muito avançado o século XIX, os maiores estabelecimentos fabris nacionais eram militares (os arsenais da Marinha e do Exército) e a engenharia em geral era dominada pelas escolas e academias militares.

Os militares têm representado um papel muito particular na modernização da sociedade portuguesa que se deve em larga medida à originalidade da disfunção nacional, nomeadamente ao facto de ser especialmente sensível à mudança do sistema internacional em termos económicos e políticos e, ao mesmo tempo, revelar uma incapacidade crónica para a evolução gradual e a adaptação das principais instituições. Os militares foram a excepção, fruto da necessidade de se modernizarem rapidamente quando o país se envolveu num conflito de anormal intensidade, ou quando estava na expectativa de tal acontecer.

É isto que tem levado as FFAA a adaptarem-se, antes das restantes instituições, a um mundo exterior em mudança rápida e é esse o principal motivo porque elas têm estado sempre disponíveis para encabeçar os processos de modernização quando a sociedade lhes lança esse apelo. É como se o país profundo, com a sabedoria inata que normalmente se lhe atribui, conhecendo a sua incapacidade de evoluir de forma lenta e gradual, escolhesse uma instituição muito particular para que fosse a excepção, criando-lhe situações em que ela se tem de modernizar com a ajuda e, muitas vezes, o financiamento externo. Realça-se que este processo particular de mudança só ocorreu na época contemporânea e não é a norma antes do século XIX. Significa isto que é um mecanismo de cariz histórico e que o facto de poder ser detectado nos dois últimos séculos não significa necessariamente que se repita no futuro. Na realidade, há um conjunto de circunstâncias que tornam inverosímil a sua operacionalidade hoje em dia.

Em primeiro lugar, o papel dos militares na sociedade está em rápida revisão, o que faz parte da mudança dos tipos de conflitos e das formas de violência na Europa e no mundo. Ao contrário do que acontecia antes de 1945 e mesmo durante a Guerra Fria, é hoje difícil conceber um conflito global, e é impensável imaginar uma guerra convencional



de grande envergadura na Europa central ou ocidental que implicasse a mobilização de FFAA numerosas à escala nacional. Em contrapartida, a violência nunca esteve mais perto e mais presente na sociedade, embora as ameaças adquiram formas diferentes do passado.

O resultado desta mudança, é que Portugal tem hoje em dia FFAA pequenas em termos numéricos e caminha ainda para uma maior redução, assente numa profissionalização total. É, sem dúvida, uma situação nova, que aponta, nomeadamente quando acompanhada por um envolvimento em conflitos de natureza muito diferente dos do passado, para um modo de intervenção no âmbito de alianças, onde o envolvimento nacional se tende a esbater cada vez mais.

Por outro lado, a sociedade portuguesa é hoje mais aberta ao exterior do que nunca, a ponto de, em muitas áreas, ser cada vez mais duvidoso podermos falar em soberania nacional. Hoje em dia os reflexos da evolução do sistema internacional globalizado são fortes e directos, numa sociedade aberta onde os traços próprios a cada formação particular se tendem a esbater, pelo que não é certo que a originalidade nacional se vá manter.

A disfunção nacional é hoje menor do que nunca e a sua principal vertente é, provavelmente a cultural, antes da económica ou da estratégica (TELO, 2005: 103-136).

Assim sendo, num mundo em processo contínuo de mudança acelerada, dominado pela, pela complexidade, pela incerteza, e conseqüentemente pela imprevisibilidade, movimentando-se em direcção a um futuro recheado de incertezas, onde todas as sociedades contemporâneas apresentam evidentes sinais de crise, tanto de coesão interna como de orientação colectiva, importa encontrar formas de resposta sobre quem poderá salvar, divulgar e transmitir com eficácia às gerações futuras todo um legado de princípios, regras, valores e comportamentos que fazem parte da nossa cultura e da nossa identidade nacional.

Seguramente que as FFAA são um veículo privilegiado para o alcance daquele desiderato, pese embora, o seu conceito como elemento estruturante do Estado e o seu carácter institucional também tenha sofrido evolução, e ainda se encontrar em processo de mudança. Desde logo, a partir do momento em que o serviço militar se transformou de geral e obrigatório em voluntário, deixando de passar pelas fileiras da instituição militar a quase totalidade dos jovens do sexo masculino, para aparecerem somente alguns voluntários, poucos, agora de ambos os sexos, e que, tendencialmente, face aos actuais constrangimentos económicos e financeiros do país, serão cada vez menos.

De facto, capacitadas por uma forte herança histórica e cultural e constituindo uma notável escola de valores e cidadania, as FFAA vêm acompanhando o esforço de



modernização do País, adaptando-se à rápida evolução dos novos saberes e competências da sociedade de informação, desenvolvendo hoje também, e para além das suas missões principais⁵, actividades nos domínios do ensino, da investigação e do desenvolvimento científico, cultural e económico, em ambiente organizativo rejuvenescido e aberto à mudança, que poderão alavancar a transmissão do legado antes mencionado, tanto mais que, sondagens e inquéritos de opinião recorrentemente assim o indicam, os Portugueses confiam e revêem-se nas suas FFAA, enquanto instituição estruturante da identidade nacional, factor de afirmação e garante da independência e da soberania nacional e instrumento essencial da política externa de defesa, como veículo de difusão da nossa língua, das nossas tradições e cultura, do modo de ser português e da nossa capacidade de nos relacionarmos com os outros povos.

Todavia, por estarmos a viver uma época em que o tempo e as circunstâncias degradam e corroem os valores que têm feito parte da nossa cultura, fruto das dinâmicas interactivas da sociedade globalizada, que se tem revelado pouco pródiga para os portugueses, da evolução verificada no papel desempenhado pelas instituições, como a família, a Igreja e a escola, da importância dos “media” e o seu comportamento, da quase entronização do individuo com usufruto de direitos e esquecimento de deveres, naquilo que constitui o endeusamento do “eu” e a consequente marginalização e esquecimento do “outro” e do “nós”, também a necessidade, a importância e o papel das FFAA vem sendo questionado.

Assim, torna-se cada vez mais indispensável que estas, através e no âmbito respectivo de cada um dos seus ramos, Marinha, Exército e Força Aérea, contrariem estas tendências e dediquem mais atenção à divulgação e transmissão dos seus traços distintivos de natureza cultural e identitária, que procuraremos melhor detalhar e caracterizar no capítulo seguinte.

d. Síntese conclusiva

Portugal é um dos mais antigos Estados da Europa, e um dos mais estáveis na definição das suas fronteiras e da sua identidade nacional e cultural. Esta estabilidade, e a consequente existência de Portugal como Estado independente, só tem sentido porque os portugueses decidiram, de forma soberana, constituir uma comunidade livre, que sempre procurou cumprir o seu destino colectivo. Esta condição só foi possível de alcançar pela capacidade dos portugueses em aceitar, integrar e assimilar elementos de culturas e

⁵ Missões das Forças Armadas – Artigo 4.º da Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7de Julho.
CMG AN Mondego Prata – CPOG 2010/11



identidades diferentes, sendo ao mesmo tempo, fruto da viagem, do encontro e do diálogo, um povo de navegantes, um povo de colonos e também um povo de emigrantes, apoiado na língua portuguesa e em instituições de referência eminentemente nacionais. Dentro destas relevam-se as FFAA, que sempre souberam, independentemente, ou melhor, semeando os ventos e desenhando as circunstâncias da história, na restauração da independência, na promessa de liberdade e democracia, na formação de sucessivas gerações de jovens, contribuir para salvaguardar, divulgar e transmitir com eficácia às gerações futuras todo um legado de princípios, regras, valores e comportamentos que fazem parte da nossa cultura e da nossa identidade nacional.

Assim, considera-se validada a HIP 1, o que permite responder afirmativamente à QD 1.



“Nem sempre é dada merecida divulgação e reconhecimento ao contributo das Forças Armadas para o desenvolvimento da sociedade, através da realização de tarefas essenciais para o bem-estar das populações”

Cerimónias militares do Dia de Portugal, 10.06.06. Discurso PR.

2. Funções e tarefas dos órgãos de natureza cultural dos ramos das Forças Armadas

a. A orgânica de natureza cultural das Forças Armadas

Como já antes referido, as FFAA, através dos três ramos que as compõem, asseguram hoje, para além do cumprimento das suas missões tradicionais, ou principais, a realização de outras actividades em vários domínios, nomeadamente no cultural. As actividades culturais desenvolvidas pelos ramos das FFAA, através dos respectivos órgãos de natureza cultural, constituem-se como um importante veículo de entrosamento e de interpenetração entre a instituição militar e a sociedade civil, revelando-se instrumentais na reconstituição, salvaguarda e divulgação do património histórico e cultural de cada ramo, contribuindo ainda para o reforço do sentimento de pertença e coesão de todos quanto servem nas FFAA e para que Portugal se reveja na sua história, com as suas complexidades e contradições, fazendo dela um motivo de reforço da coesão nacional.

A regulação do exercício destas actividades encontra-se plasmada, directa ou implicitamente, nas novas leis orgânicas dos ramos recentemente publicadas (ano de 2009), no âmbito do processo de reorganização da estrutura superior da defesa nacional e das Forças Armadas, enquadrado pelo Programa para a Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2006, de 21 de Abril.

Na Marinha a actividade cultural tem o seu enquadramento legal inscrito no Decreto-Lei n.º 233/2009, de 15 de Setembro, no art. 2.º (Missão), n.º 5, onde se lê que “*A Marinha executa actividades no domínio da cultura*”, no art. 24.º, n.º 2, al. f), que tipifica os órgãos de natureza cultural como órgãos de base e no art. 30.º, onde se discriminam aqueles órgãos, os respectivos domínios de actuação e as suas dependências hierárquicas e funcionais.

Relativamente ao Exército, não obstante no Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de Setembro não se encontrar de forma explícita referência a actividades e órgãos de natureza cultural, constata-se no art. 10.º, n.º 5, al. a) a existência da Direcção de História e Cultura Militar (DHCM), na dependência hierárquica do Vice-Chefe do Estado Maior do Exército.

Na Força Aérea a actividade cultural tem o seu enquadramento legal inscrito no Decreto-Lei n.º 232/2009, de 15 de Setembro, art. 20.º, n.º 2, al. c), no art. 23.º, relativos à



Comissão Histórico-Cultural da Força Aérea e no art. 27.º, onde são listados os órgãos de natureza cultural e os respectivos domínios de actuação.

As funções e as tarefas de índole cultural que cada ramo assume, decorrentes dos diplomas antes mencionados, são desempenhadas por um conjunto alargado e diversificado de órgãos, cuja caracterização será detalhada com maior pormenor nas secções seguintes, importando agora sublinhar que, para além do seu fim último, como suporte da Nação e do Estado de Direito e garante da defesa e segurança do País, as FFAA contribuem, concomitantemente, para a preservação e desenvolvimento da dimensão cultural portuguesa.

b. Marinha

Os ONC da Marinha, que têm como missão genérica realizar actividades de apoio geral no domínio do património cultural, histórico e artístico (n.º 1 do art.º 30 do Decreto-Lei n.º 233/2009, de 15 de Setembro), são (n.º2 do art.º 30 do mesmo diploma):

- A Academia de Marinha;
- O Aquário Vasco da Gama;
- A Banda da Armada;
- A Biblioteca Central de Marinha;
- O Museu de Marinha;
- O Planetário Calouste Gulbenkian;
- A Revista da Armada.

A Comissão Cultural da Marinha é a entidade que dirige e supervisiona, coordenando com a Academia de Marinha, em razão da matéria e da autonomia específica desta, toda a actividade cultural desenvolvida pela Marinha através destes órgãos (Fig. 1), sendo ainda responsável pela edição de obras literárias e artísticas dos que, sendo marinheiros ou outros, se dedicam ao estudo das coisas do mar e das actividades marítimas. No ano de 2009 editou 12 livros, com uma tiragem global de 6.500 exemplares (MARINHA, 2009: 190).

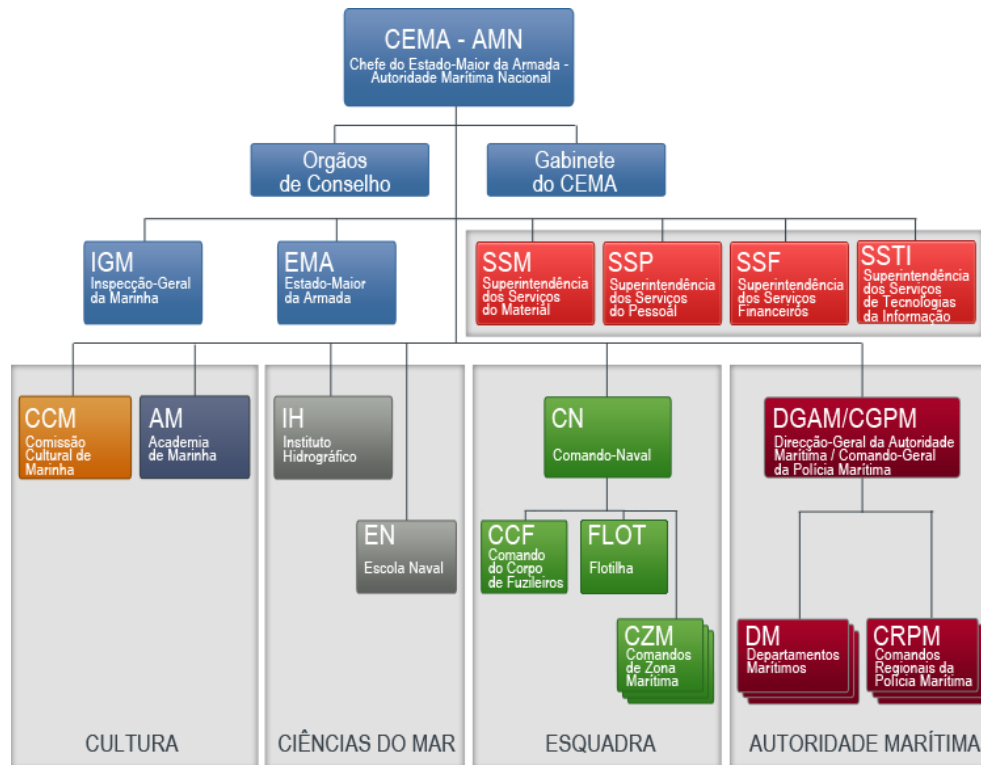


Figura. 1 – Organograma da Marinha

(1) A Academia de Marinha

Dotada de autonomia científica, e funcionando na directa dependência do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, incumbe-lhe promover e desenvolver os estudos e divulgar os conhecimentos relacionados com a história, as ciências, as letras e as artes e tudo o mais que diga respeito ao mar e às actividades marítimas.

É culturalmente herdeira do Grupo de Estudos de História Marítima – criado em 1969 sob a orientação e impulso do Vice-almirante Sarmiento Rodrigues –, designado Centro de Estudos de Marinha a partir de 1970 que, dada a projecção cultural entretanto alcançada, deu lugar à Academia de Marinha em 1978, constituída por notáveis e personalidades de reconhecido mérito do meio cultural e académico português, que se distinguem nas áreas da história, das ciências e das tecnologias navais e marítimas.

Em 9 de Junho de 1999 a Academia de Marinha foi agraciada pelo Governo com o título de Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique.

No decurso do ano de 2009 realizou cerca de três dezenas de sessões temáticas e eventos diversos, em que participaram 1.965 pessoas, e editou nove publicações com 580 exemplares de tiragem (MARINHA, 2009: 188 e 189).

(2) O Aquário Vasco da Gama

A existência do Aquário Vasco da Gama remonta a 20 de Maio de 1898, data da sua inauguração. Foi um dos primeiros aquários no mundo, sendo a sua construção



ordenada pela Comissão Executiva da celebração do 4º Centenário da partida de Vasco da Gama para a viagem do descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia. Actualmente o Aquário Vasco da Gama é fundamentalmente uma instituição didáctica, um centro de divulgação da vida aquática e de investigação, tendo vindo a sofrer ao longo do tempo várias transformações, no sentido de melhorar cada vez mais a exposição dos exemplares vivos e do espólio museológico (que desde 1935 integra A Colecção Oceanográfica D. Carlos I e a Biblioteca Científica do Rei), procurando cumprir da melhor forma possível o seu importante papel de Museu Vivo de História Natural.

Durante o ano de 2009 recebeu 68.827 visitantes, 26.297 dos quais inseridos em grupos escolares (MARINHA, 2009: 187).

(3) A Banda da Armada

Segundo fontes históricas, já na primeira metade do século XVIII existia na Armada uma “música marcial” intitulada “charamela”, que fazia parte do 1.º Regimento do Terço de Fuzileiros da Armada Real. Passando por diversas vicissitudes e transformações desde então, tomou a forma e constituição de Banda Militar no fim do século XIX. Para além de reclamar para si o título de mais antigo agrupamento musical militar português, orgulha-se ainda de ter gravado em 1903, enquanto Banda dos Marinheiros da Armada e por ocasião da visita a Lisboa do rei Eduardo VII de Inglaterra, o primeiro disco uniface produzido em Portugal, um documento histórico e fonográfico raríssimo, os *Cantos Populares Portuguezes n.º2 de Rodriguez*, uma das mais notórias obras musicais relativas à identidade nacional, que em 2003, por ocasião do centenário, foi objecto de edição de um CD (*compact disk*) e de um concerto comemorativo no Teatro São Luís, em Lisboa.

Além das participações regulares em cerimónias militares e protocolares, realiza anualmente concertos por todo o país e proporciona audições pedagógicas nas suas instalações, tendo realizado em 2009 um total de 97 actuações (MARINHA, 2009: 186).

(4) A Biblioteca Central de Marinha

Instalada na ala nascente do Mosteiro dos Jerónimos desde Julho de 1981, em edifício de construção moderna, a Biblioteca Central da Marinha é a sucessora da Biblioteca da Academia dos Guardas-Marinhas, transferida para o Brasil com o rei D. João VI, aquando das invasões francesas, e da Biblioteca da Escola Naval. Em 1960, recebeu a actual designação de Biblioteca Central da Marinha. Ao longo dos seus mais de 160 anos, constituiu um acervo de obras do maior significado para o estudo de temas de História dos Descobrimentos e Expansão, Ultramar, Marinha e Assuntos do Mar, editadas no país e no estrangeiro, contando actualmente com cerca de 48.000 títulos, dos quais cerca de 35.000



já digitalizados e informatizados, através do programa Porbase, e integrados na Base Nacional de Dados Bibliográficos, acessível via *internet*.

A Biblioteca Central da Marinha é um importante centro bibliográfico e documental muito procurado por cidadãos nacionais e estrangeiros, tendo em 2009 atingido os 1.319 utentes que consultaram 1.618 obras (MARINHA, 2009: 190).

(5) O Museu de Marinha

Fundado em 22 de Julho de 1863, por decreto real de D. Luís I, data a partir da qual começou a ser reunido o seu acervo, conta actualmente com mais de 25.000 peças, das quais cerca de 2.500 constituem a sua exposição permanente. Tem como missão a salvaguarda e divulgação do passado marítimo português, não se dedicando em exclusivo aos assuntos militares navais, mas sim a tudo o que se relaciona com os mais diversos aspectos e actividades humanas ligadas ao mar. Desempenha funções de direcção técnica na área museológica em relação a todos os organismos da Marinha, sendo, neste sentido, considerados como pólos o Museu Marítimo Almirante Ramalho Ortigão em Faro, o Farol Museu de Santa Marta em Cascais, num protocolo com a Câmara Municipal de Cascais e o Farol do Cabo de São Vicente, num acordo entre o Museu de Marinha e a Direcção-Geral de Autoridade Marítima.

Hoje, o Museu procura assegurar e gerir os processos de conservação e exposição de objectos de valor histórico, artístico e documental do seu património, promove e desenvolve acções de investigação documental histórico-científica e actividades didáctico-culturais, numa perspectiva de abertura e ampla ligação ao exterior, procurando diariamente contribuir para a formação dos cidadãos e garantir uma relação cultural dinâmica com todos aqueles que o visitam, sendo considerado uma referência entre congéneres a nível mundial.

É um dos mais importantes, reconhecidos e visitados museus portugueses, tendo registado 107.859 visitantes em 2009, dos quais 27.191 eram menores e estudantes (MARINHA, 2009: 187).

Desde 12 de Agosto de 1998, o Museu de Marinha é também responsável pela fragata D. Fernando II e Glória. Actualmente transformado em navio-museu o último navio totalmente à vela da Marinha, foi todo construído em madeira nos estaleiros reais em Damão e lançado à água em 22 de Outubro de 1843. Sofreu um incêndio em 3 de Abril de 1963, quando se encontrava fundeado no Tejo, que o destruiu quase na totalidade. Restaurado pela Marinha, em parceria com diversas instituições oficiais e mecenas particulares, num período de tempo que decorreu entre 1990 e 1998, constituiu uma das



grandes atracções da Expo 98, onde foi visitado, gratuitamente, por 857.576 pessoas (MARINHA, 2006: 208).

Actualmente, detentora de um galardão atribuído pelo *International Register of Historic Ships*, como a quarta Fragata Armada e o oitavo navio de guerra à vela mais antigo do mundo, encontra-se aberta ao público em Cacilhas, tendo recebido 17.838 visitantes durante o ano de 2009 (MARINHA, 2009: 187).

(6) O Planetário Calouste Gulbenkian

Foi inaugurado a 20 de Julho de 1965, com o propósito da divulgação da astronomia a um povo com uma tradicional vocação de navegadores e descobridores. Hoje, integrado na rede nacional de centros Ciência Viva, continua a divulgar e a promover o interesse pela astronomia, através da realização de sessões diárias que explicam quer o movimento dos astros e a sua harmonia quer outros conhecimentos científicos relacionados com o Universo. Em 2009 foram realizadas 597 sessões a que assistiram 76.328 visitantes, dos quais 35.437 integrados em grupos escolares (MARINHA, 2009: 187).

(7) A Revista da Armada

Publicação oficial da Marinha, iniciou a sua publicação há quarenta anos com periodicidade mensal e com uma tiragem média de seis mil exemplares. Divulga os acontecimentos relevantes da instituição, em artigos de carácter actual, histórico, cultural e técnico-naval, funcionando também como elo de ligação entre os actuais membros e os que, tendo prestado serviço na Marinha, são assinantes da revista. Em 2009 contava com 675 assinantes (MARINHA, 2009: 188).

c. Exército

As actividades culturais do Exército são da responsabilidade e competência da DHCM (Fig. 2), que funciona nos termos previstos no art. 10.º, n.º 5, al. a) do Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de Setembro, tendo como missão “*Promover e apoiar a investigação, a recolha e a divulgação dos valores culturais militares, a pesquisa, a preservação e o estudo do património e dos documentos históricos militares, bem como propor, coordenar e dirigir as actividades relativas à administração e ao controlo de documentos, livros e do património histórico, tanto dos que constituem espólio dos arquivos, bibliotecas e museus na sua dependência directa como dos que dependem de unidades, estabelecimentos e outros órgãos do Exército.*” (EXÉRCITO, 2011:1)

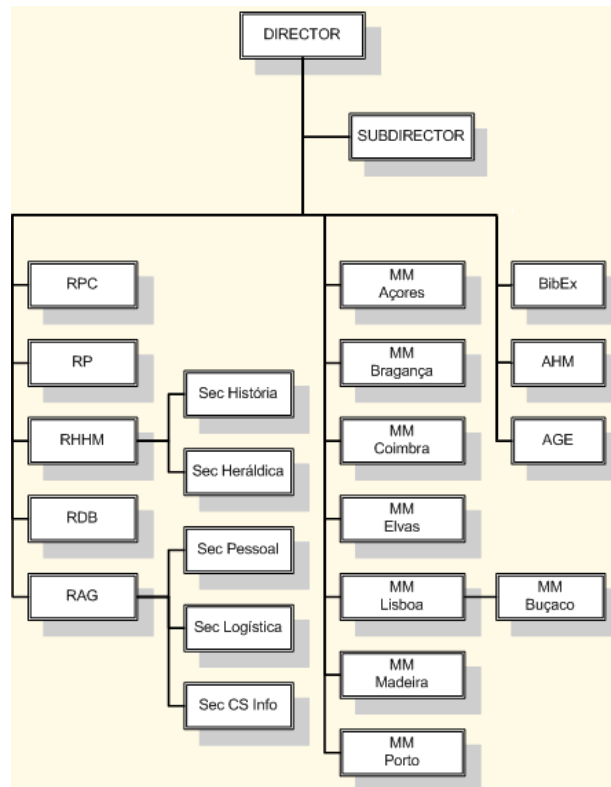


Figura 2 – Organograma da DHCM

Na sua dependência estão o Arquivo Geral do Exército, o Arquivo Histórico – Militar, a Biblioteca do Exército e os Museus Militares dos Açores, de Bragança, de Coimbra (inactivo), de Elvas, de Lisboa (com um pólo no Buçaco), da Madeira e do Porto, sendo que cada um deles oferece uma temática específica.⁶

O Museu Militar dos Açores versa a temática da Segunda Guerra Mundial, história militar dos Açores e fortificações e infra-estruturas militares; o de Bragança expõe sobre fortificação medieval, armaria até ao séc. XVIII, história militar do nordeste transmontano; invasões francesas e presença do Batalhão de Caçadores n.º 3 em Moçambique; o museu de Elvas tem vertentes museológicas relacionadas com a história do serviço de saúde, viaturas blindadas e táticas do Exército, hipomóveis e os arreios militares e pré-projecto alusivo à arma de transmissões, dispõe de áreas de estudo e interpretação sobre a fortificação militar de Elvas e a guerra do ultramar; o de Lisboa versa o Exército e os descobrimentos, a Primeira Guerra Mundial, as campanhas de África (séc. XIX e XX), peças de artilharia (do séc. XVI ao XIX) e sobre artilharia portuguesa; o museu do Buçaco expõe sobre a guerra peninsular e a batalha do Buçaco; o museu da Madeira tem vertentes associadas à história militar da região e o papel da Madeira na expansão portuguesa; o museu militar do Porto versa as temáticas das invasões francesas no norte de Portugal, as

⁶ Cf. Anexo ao Despacho n.º 28/CEME/2009 (Temáticas museológicas para os Museus Militares)
CMG AN Mondego Prata – CPOG 2010/11



revoluções portuguesas, o Porto militar, a evolução do campo de batalha e sobre o Exército Português no mundo.

No decurso do ano de 2009 os museus militares foram visitados por 111.831 pessoas, 4759 das quais eram professores e estudantes. O museu mais visitado foi o de Bragança que registou 51.270 entradas, o dos Açores 14.269, o de Lisboa 13.227, o do Buçaco 12.369, o da Madeira 11.225, o do Porto 5.493 e o de Elvas recebeu 3.678 visitas (EXÉRCITO: 2009, 16.2.4)

A DHCM dedica especial atenção e particular importância à abertura e relacionamento dos órgãos que tutela com entidades civis, nomeadamente através de protocolos e parcerias com o Ministério da Cultura, Autarquias, Universidades (Coimbra, Lisboa, Nova e de Évora), Museus, Arquivos Bibliotecas e Fundações, tendo em vista um permanente aproveitamento de sinergias que permitam o cumprimento da sua missão com a maior exposição, contacto e troca de conhecimentos e experiências com as comunidades onde os seus órgãos se inserem.

O desenvolvimento da actividade da DHCM assenta na visão do seu responsável, enquanto contributo da História e Cultura Militar na transformação do Exército, e que se traduz *“Numa perspectiva de visão global da História Militar, em que esta detém um lugar de relevo no campo da historiografia, o Exército adere aos meios de pesquisa, investigação e ciência e de divulgação da História, atribuindo um papel de destaque ao relacionamento da Instituição com as populações, as autarquias, as escolas, os centros de estudos e as universidades, coincidindo esta atitude com um tempo em que predominam situações e conjunturas de conflito que não podem deixar de ser apreciadas sem o conhecimento das condições históricas que, ao longo dos séculos, contribuíram para a paz, não se podendo deixar de ter em consideração as recentes e actuais participações militares portuguesas nos conflitos internacionais, condicionadas pelos cenários internacionais e pelos respectivos reflexos na sociedade portuguesa.*

Por outro lado, a percepção da cultura militar no seio da Instituição Militar, através dos seus rituais, simbologias e marcadas tradições históricas, contribui para a consistência dos elementos básicos da formação e preparação dos militares, fomenta a assimilação de formas de organização e de trabalho, reforça a noção do sentido do dever, da disciplina, da camaradagem e do espírito de sacrifício, complementa as competências transmitidas pelo treino operacional e que dão corpo à especificidade da condição militar, e reforça o conhecimento, a estabilidade e a atitude do soldado, na paz ou em ambiente de conflito armado.



O Exército, disponível para colaborar em estudos locais e regionais, está a reforçar as suas estruturas de natureza histórica e cultural, potenciando a relação nestes domínios com os cidadãos em geral e com as instituições de investigação, ciência e estudo, assumindo uma presença efectiva junto da sociedade na qual se insere, com os seus valores estruturais, contribuindo para as tendências historiográficas actuais que não restringem a História Militar aos temas castrenses mas, antes pelo contrário, integram-na numa perspectiva multidisciplinar, em que o “facto militar” deve ser estudado ampla e profundamente, liberto de ideias preconcebidas ou superficiais, desde as suas origens aos efeitos produzidos, quer no interior das sociedades em que se projectaram quer nas relações entre os Estados.” (EXÉRCITO, 2011:1)

Não estando expressamente identificado no seu enquadramento legal e orgânico como ONC, o Exército dispõe também, à semelhança dos outros ramos das FFAA, de uma revista que funciona como órgão próprio de informação e de difusão cultural. Funcionando na dependência do Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército (n.º 3 do art.º 9 do Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de Setembro), o Jornal do Exército foi fundado a 11 de Janeiro de 1960. Publica 11 edições em cada ano, com uma tiragem média de 6.000 exemplares, e tem como missão veicular a informação interna do ramo e contribuir para a difusão e conhecimento do Exército junto da população, através da divulgação de uma adequada imagem das suas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos, e respectivas actividades.

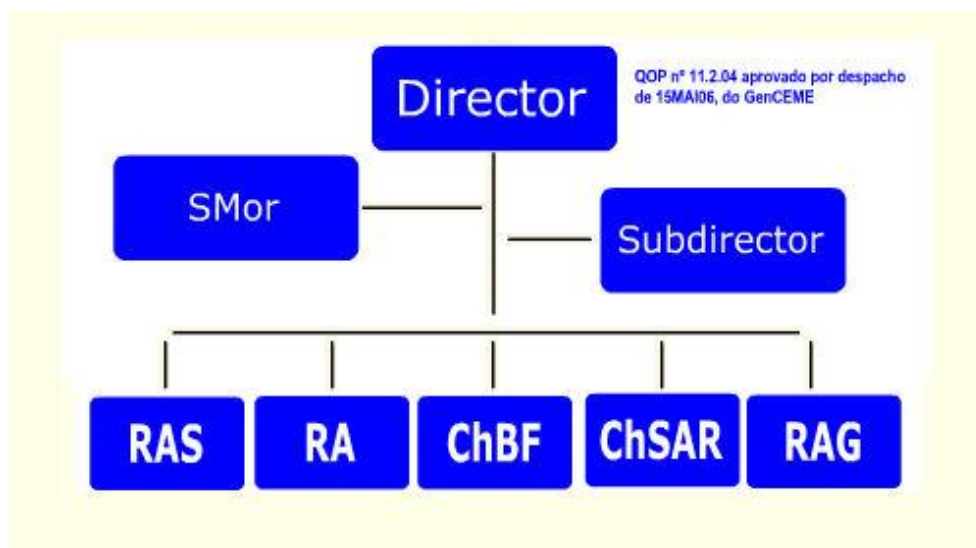


Figura 3 – Organograma da DSP

Não sendo, igualmente, expressamente identificada no seu enquadramento legal e orgânico como ONC, o Exército dispõe, na dependência da Direcção dos Serviços de CMG AN Mondego Prata – CPOG 2010/11



Pessoal (DSP) do Comando do Pessoal, da Chefia de Bandas e Fanfarras (ChBF) (Fig. 3), entidade que superintende tecnicamente as actividades da Banda do Exército, da Banda Militar do Porto, da Banda Militar de Évora, da Orquestra Ligeira do Exército e da Fanfarra do Exército. Para além das missões de natureza marcadamente militar (Cerimónias, Guardas de Honra, Paradas e outras de natureza protocolar) as bandas e fanfarra desempenham também uma importante missão enquanto veículos de aproximação e de divulgação do Exército junto da comunidade civil, através da realização de concertos e de espectáculos de cariz popular. Durante o ano de 2009 as bandas e fanfarra do Exército participaram em 439 eventos de natureza militar e realizaram 119 concertos (EXÉRCITO: 2009, 16.5.2).

d. Força Aérea

Os ONC da Força Aérea (Fig. 4), que têm como missão realizar actividades de apoio geral no domínio cultural, designadamente recolher, conservar estudar e facultar a consulta ou expor o património histórico – cultural aeronáutico (n.º 1 do art.º 27 do Decreto-Lei n.º 232/2009, de 15 de Setembro), são (n.º2 do art.º 27 do mesmo diploma):

- O Museu do Ar;
- A Banda de Música;
- A revista Mais Alto.

O art.º 23 do diploma supra citado refere a Comissão Histórico-Cultural da Força Aérea (CHCFA) como sendo o órgão consultivo e de apoio ao Chefe do Estado-Maior da Força Aérea em matéria histórico-cultural., ao qual está atribuída a missão de coordenar as actividades de recolha, conservação, estudo, consulta e exposição do património histórico-cultural aeronáutico e apoiar em matérias do âmbito histórico-cultural e artístico da Força Aérea.

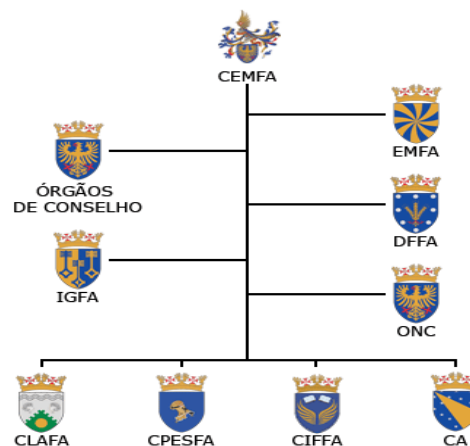


Figura 4 – Organograma da Força Aérea



(1) O Museu do Ar

Foi oficialmente inaugurado no dia 1 de Julho de 1969, dia da Força Aérea Portuguesa, sendo hoje considerado pela crítica internacional como um dos vinte melhores Museus de Aviação do Mundo, graças à conservação de um acervo composto por perto de 10.000 peças inventariadas e 100 aeronaves repartido entre os seus três pólos: Granja do Marquês, Sintra (Base Aérea nº 1), Alverca e Ovar (Aeródromo de Manobra nº 1), tem por missão a preservação da memória da Aviação Militar e Civil Portuguesa, através da conservação, restauro, aquisição e permuta de objectos de valor histórico, artístico e documental, com vista a divulgar, expor e documentar a História da Aviação Militar e Civil (incorpora dois valiosos acervos provenientes da TAP e da ANA) em Portugal.

O Museu do Ar registou no ano de 2009 uma afluência de 24.664 visitantes, divididos pelos seus três pólos. Um número significativo destes visitantes foi integrado em visitas de âmbito escolar, 4.148 crianças e jovens (FORÇA AÉREA: 2009, Cap.2, 15).

(2) A Banda de Música

A Banda de Música da Força Aérea foi criada em 1957, na dependência da então Secretaria de Estado da Aeronáutica. Para além das missões de natureza marcadamente militar (Guardas de Honra, Paradas e outras de cariz protocolar), realiza anualmente concertos de carácter cultural por todo o país. Durante o ano de 2009 realizou 24 concertos e apoiou 164 cerimónias militares (FORÇA AÉREA: 2009, Cap. 2, 9).

(3) A revista *Mais Alto*

A Revista *Mais Alto*, fundada em Abril de 1959, é uma publicação periódica da Força Aérea, bimestral, cujos números são publicados nos meses de Fevereiro, Abril, Junho, Agosto, Outubro e Dezembro, com uma tiragem média de 4.000 exemplares (FORÇA AÉREA: 2009, Cap.2, 14), e que tem por missão divulgar o poder aéreo e aeroespacial, tanto a nível de conceitos como na perspectiva de aplicação prática, e as actividades desenvolvidas a nível interno e externo ao ramo. A temática dos artigos é abordada tanto do ponto de vista histórico como na actualidade.

e. Principais domínios de intervenção cultural

Do explanado nas secções anteriores, ainda que sem uma preocupação excessiva de detalhe pormenorizado de cada um dos ONC dos ramos das FFAA, que não cabe no objecto do presente trabalho, resulta evidente que existem responsabilidades de natureza cultural que no seu conjunto abarcam várias disciplinas e áreas de intervenção, que vão desde a aquariologia, a biologia marítima, a taxonomia, a museologia, a museografia, a biblioteconomia, a arquivística, a música, a investigação (científica, histórica, documental),



a formação, a divulgação didáctico-cultural, a história e a actividade editorial, mas que aí não se esgotam, dado que os ramos das FFAA são também detentores e responsáveis por um conjunto de magníficos complexos arquitectónicos de significativo e reconhecido valor histórico e patrimonial que importa preservar e divulgar.

Outro aspecto que sobressai da dimensão quantitativa e qualitativa das responsabilidades de natureza cultural dos ramos das FFAA é, também aqui, o da presença da marca impressiva da identidade cultural portuguesa advogada na secção b. do primeiro capítulo, a paisagem marítima, o mar como influenciador da mentalidade e vontades nacionais. De facto, a Marinha é o único ramo a ver plasmada expressamente na sua missão a responsabilidade pela execução de actividades de natureza cultural, estando estas traduzidas em tarefas inseridas e sistematizadas numa das três funções, a do Desenvolvimento Económico, Científico e Cultural, inerentes ao cumprimento da Missão da Marinha, «Contribuir para garantir o uso do mar», definida na Directiva de Política Naval 2011. (MARINHA, 2011: 2)

Para que o assumir destas responsabilidades seja conseqüente como fonte e contributo das FFAA para o fortalecimento da identidade e cultura portuguesas, e, concomitantemente, uma demonstração pública da relevância do seu contributo para a coesão, desenvolvimento sustentado e o bem-estar da sociedade, torna-se necessário, e mais do que isso, imperativo, que sejam adoptadas, ao mais alto nível de decisão, medidas e orientações de gestão, i.e. implementar uma política de actuação, para as quais procuraremos contribuir no próximo capítulo, no sentido de proteger, promover, otimizar, rentabilizar e divulgar o património e as actividades da área cultural de cada ramo.

f. Síntese conclusiva

As FFAA, asseguram hoje, para além do cumprimento das suas missões principais, a realização de outras actividades em vários domínios, nomeadamente no cultural. Estas actividades desenvolvidas pelos ramos das FFAA, através dos respectivos órgãos de natureza cultural, com uma identidade e cultura próprias, com organização, acervos e meios para valorizar, divulgar e projectar o seu património cultural, constituem-se como um importante veículo de entrosamento e de interpenetração entre a instituição militar e a sociedade civil, justificando por si só, face à dimensão quantitativa e qualitativa das inerentes responsabilidades, a adopção de uma política cultural coerente e optimizada.

Assim, considera-se validada a HIP 2, o que permite responder afirmativamente à QD 2.



“A cultura é aquilo que permanece no homem quando ele já esqueceu tudo o resto”

E. Henriot, (*Notes et Maximes*)

3. Reflexões para uma política cultural nos ramos das FFAA

a. Conceitos e perspectivas

De acordo com Francisco Bethencourt, a definição de uma política cultural implica, desde logo, a definição do seu objecto e dos seus limites de intervenção, devendo resultar de uma reflexão sobre quais os seus objectivos e a que lógica de actuação deve obedecer, em articulação com as restantes políticas, numa concepção de actuação transversal.

Entre muitos objectivos possíveis de uma política cultural, este autor destaca o acesso dos cidadãos aos bens culturais, o estímulo da produção e diversidade criativa e a conservação da memória e da identidade e defende que a definição do objecto dessa mesma política deve ser efectuada de uma forma simples e clara, identificando quais os bens culturais, os meios de comunicação e de divulgação e as estruturas de produção e transmissão envolvidos. (BETHENCOURT, 2002: 103 -109)

Também a este propósito, António Firmino da Costa (COSTA, 1997: 2 - 3), elaborando sobre conceitos e perspectivas das políticas culturais em sociedades contemporâneas como a portuguesa, recorre ao cruzamento de dois eixos analíticos para propor, em termos teóricos, o âmbito de incidência daquelas políticas.

O primeiro daqueles eixos, é o que distingue diversos espaços sociais de afirmação cultural e os diferencia segundo os seus graus de institucionalização e de reconhecimento de legitimidade cultural: i) o da chamada cultura “erudita” ou “cultivada”, normalmente associada a segmentos sociais com acesso a níveis elevados de formação intelectual formal; ii) o das indústrias culturais, relativo à chamada “cultura de massas”, à sua produção, difusão e consumo; iii) o relativo às subculturas, onde se inclui, por exemplo, as bandas; iv) o espaço colectivo público, por exemplo da festa urbana; v) o espaço doméstico, fundamentalmente receptor.

O segundo eixo alinha os diversos modos de relação com os bens culturais: i) o da criação cultural, em sentido especializado, susceptível de estar sujeita a direitos de autor; ii) o da expressão cultural, festiva, convivial, desportiva; iii) o da participação, no acesso mais ou menos directo a produções culturais de outros, como sejam a frequência de museus, visitas a exposições, idas a concertos e espectáculos, a festividades e eventos culturais; iv) o da recepção, mais ou menos passiva, de oferta cultural, nomeadamente a que circula em veículos mediáticos.



Da combinação destes dois eixos resultará o quadro, vasto e complexo, de incidência de uma política cultural. (COSTA, 1997: 2 - 3)

Para Miguel Castelo Branco, falar em política cultural surge como tópico duplamente ambíguo, pois se exprime a um tempo uma redundância – falar do que é evidente – remete também para a historicidade desta relação, cuja expressão fenomenológica se apresenta numa multiplicidade de experiências que não são mais que variações do mesmo fenómeno.

Os Estados exercem o poder através das leis, dos tribunais, das prisões, da fiscalidade, do controlo exclusivo da força militar, mas também da educação. Ora, a segurança da preservação do futuro reside na educação e inculcação da "cultura". Se o Estado perde essa faculdade de escrever a história antes que esta se realize, perde-se a unidade de atitude que se contenta com a existência (e evidência) de que há coisas que são porque o são. É isto, no fundo, a cultura: aquilo que é porque sempre foi. A "política cultural" deve assentar, pois, na promoção, dignificação, exaltação do que se sabe, do que é e do que sempre foi. Daí que ao Estado cumpra animar, dar sentido e actualidade a tudo aquilo que leve o indivíduo a identificar-se com a comunidade, ensinando-lhe a descobrir, descodificar e espantar-se, venerando, fruindo, admirando os vestígios materiais e espirituais dessa permanência que antecede, acompanha e sucede ao indivíduo. Quando tal se perder, a comunidade morreu. (BRANCO, 2007:1)

Perante este enquadramento conceptual, e face ao expandido no capítulo anterior, julgamos poder afirmar incontestavelmente que no âmbito dos três ramos das FFAA (ainda que em distintas dimensões) estão reunidas condições (as necessárias quanto aos espaços de afirmação cultural e as adequadas face aos bens culturais existentes) para a adopção e implementação de uma política cultural (conforme defendido no capítulo anterior) que garanta, com sentido de perenidade, por um lado, a demonstração do contributo imprescindível e valioso das FFAA para o reforço da identidade e cultura portuguesa, e por outro, que concorra para o fortalecimento e a consolidação do espírito de missão de todos quantos servem Portugal nas FFAA.

b. Ambiente envolvente

Em pleno século XXI, quase todas as sociedades consideram que existe uma crise de valores, ou pelo menos a falência dos tradicionais. Mas desde sempre esta consciência de crise de valores existiu, embora numa perspectiva geográfica mais restrita e sem a dimensão e o impacto que hoje assume.



A globalização económica e financeira dos mercados, o individualismo e o relativismo, a par do progresso tecnológico, aceleraram a tomada desta consciência de crise de valores por parte da população.

Por um lado esbateram-se, ou já não existem mesmo, critérios seguros para distinção do bem e do mal, do justo e do injusto, entre outras categorias morais e pessoais, imperando pois a subjectividade e o relativismo. Radicalmente, alguns vão mais longe e afirmam mesmo que já não existem sequer valores e que tudo é circunstancial. O que era antes intemporal e inalterável é agora volátil ou inconsistente, passando-se do relativismo à descrença niilista absoluta.

As principais causas para esta situação são normalmente associadas à desvalorização da tradição, à crise na instituição familiar, das suas relações, do próprio modelo de família, a modificações de ordem material, nos aspectos tecnológico e científico, e às sucessivas mutações económicas e financeiras que podem conduzir ao distanciamento cada vez maior da sociedade moderna face aos valores tradicionais e ao menor peso dos bons costumes e da cultura popular na sociedade moderna, visível na descrença nos valores absolutos e na moral social, substituída pela moral autónoma e pelo relativismo.

A sociedade actual tornou-se mais aberta e plural, mais intercultural, assumindo melhor as diferenças, mas também mais insegura, tendendo para um individualismo egoísta e esvaziado de valores nas relações interpessoais, que encontra terreno fértil na *internet* e nas chamadas redes sociais. Também a importância e comportamento dos *media* tem revolucionado o mundo, substituindo o que deveria ser informativo, formativo e lúdico, pelo insólito, pelo banal, pela exploração dos sentimentos, das perversões e das pequenas querelas, relegando desta forma, para um segundo plano, ou mesmo esquecendo, a transmissão de valores da cidadania.

Por outro lado as actuais circunstâncias vividas no país, fruto da gravíssima crise económica, financeira e social, levam a população a questionar (apesar da opinião positiva que sobressai dos inquéritos de opinião quanto à confiança na instituição militar), senão a necessidade de existência, pelo menos o dimensionamento das FFAA, que se for excessivo, obriga a um encargo orçamental desproporcional e não produtivo na afectação de dinheiros públicos, quando comparado com outros sectores cuja utilidade é mais óbvia e melhor percebida, como a educação, a saúde, a justiça e a segurança⁷.

⁷Sem tomar em consideração que as linhas de fronteira entre o que é Segurança e o que é Defesa são cada vez mais difusas.



É neste ambiente, que importa contrariar, que as FFAA têm que encontrar mecanismos permanentes e estruturados de divulgar e transmitir aos seus públicos de interesse (população, em particular a camada mais jovem, estudantes do ensino básico, secundário e complementar, decisores públicos, *media* e fazedores de opinião, e aos seus próprios elementos) os princípios, as regras e os valores que têm feito parte da nossa cultura e da nossa identidade enquanto país a que nos orgulhamos de pertencer, recorrendo para isso ao vector estruturante de natureza cultural dos ramos, mediante a adopção e implementação de uma política cultural que assente na promoção, na dignificação, da exaltação do que se sabe, do que existe, do que é e do que sempre foi, em suma, na “inculcação da cultura”, conforme referenciado na secção anterior.

c. Oportunidades, desafios, potencialidades e constrangimentos

No sentido de melhor posicionar as grandes linhas políticas a adoptar, tendo em vista a finalidade que se pretende atingir junto dos públicos alvo supra mencionados, importa identificar as oportunidades, os desafios, as potencialidades e os constrangimentos subjacentes ao ambiente envolvente descrito, quer na perspectiva interna quer na perspectiva exógena.

As oportunidades que se vislumbram surgem associadas à valorização da área da cultura de cada ramo como vector estruturante de desenvolvimento racional de capacidades e de uma acção cultural coerente e otimizada. O contexto orçamental fortemente restritivo poderá funcionar como impulsionador da inovação, da racionalização de processos e métodos, na gestão dos activos patrimoniais e das actividades culturais. A procura de mecanismos de articulação com os organismos de tutelas técnicas nas áreas de intervenção do sector cultural, bem como com organismos congéneres dos ONC, incluindo inter-ramos, proporcionará uma melhoria dos padrões de qualidade no funcionamento de órgãos e no desenvolvimento das suas actividades.

Os desafios que se antecipam são relativos à necessária sensibilização e cativação do interesse e apoio dos decisores e servidores dos ramos para a preservação do património cultural e para o investimento institucional no sector, quer em termos de disponibilidade de recursos humanos qualificados, de forma a garantir, com a indispensável qualidade e rigor técnicos, o funcionamento dos órgãos, nomeadamente na preservação, disponibilização pública do património e na concepção e concretização de realizações culturais, quer em termos de recursos financeiros suficientes, surgindo assim a necessidade de captação de



patrocínios e/ou apoios mecenáticos, junto de entidades e particulares, para apoio à preservação do património e à realização de actividades culturais.

As potencialidades residentes são a elevada qualidade e valor do património cultural dos ramos das FFAA e o interesse por este suscitado, o reconhecimento público da valia das infra-estruturas e dos órgãos do sector cultural e do seu desempenho, e a qualidade das realizações culturais e artísticas, potenciadora da atenção, do apoio e de intervenções cooperativas e colaborativas neste domínio, nomeadamente quando relacionadas com eventos de interesse histórico-militar ou de relevante significado histórico-cultural nacional.

Os constrangimentos existentes são essencialmente relativos a recursos, quer humanos quer financeiros. De facto, o reduzido número de recursos humanos qualificados em áreas de intervenção específicas é limitador da reorganização, do funcionamento dos serviços, da satisfação de requisitos técnicos e do desenvolvimento de actividades e as limitações orçamentais que se fazem sentir, reduzem o financiamento atribuído ao funcionamento, ou susceptível de ser utilizado em investimento nos ONC, tornando difícil ou impeditivo o desenho, a programação e o desenvolvimento de um adequado e indispensável plano de manutenção, renovação ou requalificação das infra-estruturas culturais e da realização de actividades mais ambiciosas.

d. Finalidades, objectivos e linhas de acção

As finalidades de uma política cultural são naturalmente conseguir obter uma maior exposição e melhor abertura das FFAA à sociedade, em particular junto dos seus públicos de interesse (verdadeiros centros de gravidade dessa política), tendo em vista alcançar a merecida divulgação e reconhecimento do seu contributo insubstituível na defesa, segurança e autoridade do Estado e no desenvolvimento económico, científico e cultural de Portugal, mantendo-se nos dias de hoje uma instituição de referência eminentemente nacional que contribui para a consolidação da nossa identidade cultural, como sempre o foi ao longo dos últimos cinco séculos.

Por outro lado, ainda que numa perspectiva meramente endógena à própria instituição, mas nem por isso menos importante, esta exposição e abertura, proporcionará seguramente, junto da população mais jovem uma maior predisposição para a vida militar, incrementando quantitativa e qualitativamente, os que procurarão nas FFAA uma saída profissional de referência, reputada e de prestígio.



Os objectivos a prosseguir por via da herança cultural dos ramos das FFAA, cuja solidez e credibilidade assenta nos valores, nas tradições e nas capacidades instaladas nesta área, devem: i) privilegiar uma maior exposição e melhor abertura à sociedade civil e aos públicos referenciados, proporcionando-lhes uma melhor percepção e avaliação de resultados das actividades realizadas; ii) contribuir, de modo efectivo, para o fortalecimento e a consolidação do espírito de corpo de todos quantos servem nas FFAA e despertar, em particular nos elementos mais jovens, o interesse pela participação e envolvimento nas actividades culturais; iii) incentivar e apoiar a realização e a edição de obras de manifesto interesse técnico-científico, nas múltiplas áreas de intervenção dos ONC, com relevância para as relacionadas com a instituição militar; iv) materializar uma divulgação permanente e persistente das actividades e do património cultural, material e imaterial, das FFAA, em especial enquanto factor identitário e essencial da cultura nacional, não apenas assente em preocupações de salvaguarda, mas no sentido de valorizar as memórias colectivas e estabelecer códigos identitários na sociedade, sem nostalgias de volta ao passado ou recusa de viver o presente, procurando proporcionar confiança e segurança no futuro, ou como já antes dito, para que a comunidade não morra.

As possíveis linhas de acção orientadoras para a prossecução dos objectivos enunciados devem contemplar, desde logo: i) o desenho, a adopção e a implementação de uma política cultural nos ramos das FFAA, necessariamente em articulação com as políticas de comunicação, interna e externa, próprias; ii) o preservar, sustentar e desenvolver a herança cultural; iii) o promover e incentivar a realização de projectos de investigação no domínio cultural; iv) o incrementar, aprofundar e diversificar a participação dos ONC em iniciativas cooperativas ou de parceria inter-ramos ou com congéneres civis, particularmente quando estejam em causa comemorações de eventos ou efemérides de elevado interesse histórico-militar ou com relevante significado histórico ou cultural; v) a procura de fontes alternativas ou supletivas de recursos humanos e financeiros, nomeadamente com recurso ao voluntariado e à realização de estágios não remunerados de alunos do ensino superior e ao mecenato; vi) o divulgar as actividades através da promoção de uma ampla exposição dos ramos à sociedade, recorrendo exaustivamente à *internet*, quer nos sítios de cada ramo, quer utilizando as chamadas redes sociais, muito utilizadas por uma população jovem, que representa parte significativa dos



visitantes dos museus militares e outras infra-estruturas de índole cultural (um bom exemplo de divulgação é a Agenda Cultural da Marinha⁸, que se junta em Apêndice 2).

Neste aspecto particular da divulgação, os ramos das FFAA deverão procurar uma atitude de posicionamento activo junto das camadas mais jovens da população, recorrendo não só às práticas já tradicionais (deslocações a escolas, participações em eventos e exposições relacionadas com as profissões e o emprego, de aventura) mas convidando para “dentro de casa”, sempre que possível, e não apenas nas celebrações do respectivo dia comemorativo, abrindo bases, quartéis e outras infra-estruturas às comunidades onde estão inseridas, facilitando o contacto, a interacção e a vivência de experiências com os militares, com a vida e a organização das unidades militares, e inclusivamente (na medida do possível e adequado) com os meios e equipamentos militares.

e. Síntese conclusiva

No âmbito dos três ramos das FFAA estão reunidas condições (as necessárias quanto aos espaços de afirmação cultural e as adequadas face aos bens culturais existentes) para a adopção e implementação de uma política cultural.

De facto, olhando para o ambiente descrito e atento às oportunidades, desafios, potencialidades e constrangimentos que ele determina, por via da “inculcação da cultura” (ao incidir essencialmente sobre valores intangíveis, no actual contexto de fortes restrições orçamentais, a relação custo-benefício é potencialmente elevada) os ramos das FFAA conseguirão uma maior abertura e melhor reconhecimento junto da sociedade civil, tendo em vista alcançar a divulgação e o reconhecimento do seu contributo na defesa, segurança e autoridade do Estado e no desenvolvimento económico, científico e cultural de Portugal, mantendo-se nos dias de hoje e para o futuro uma instituição de referência incontornável no panorama nacional e afirmando-se como uma opção profissional de referência, reputada e de prestígio para as novas gerações.

Assim, considera-se validada a HIP 3, o que permite responder afirmativamente à QD 3.

⁸ A Agenda Cultural visa divulgar as actividades que, no domínio da cultura, a Marinha promove e realiza, em particular, no âmbito da preservação do património e da herança cultural dos Portugueses, no entendimento de que não basta concretizar iniciativas de índole cultural, porquanto estas só serão eficazes se estimularem a adesão e a participação pública. Para isso, a Agenda Cultural, para além da distribuição em *hard – copy*, é divulgada na *Intranet* e na *Internet* da Marinha.



Conclusões e Recomendações

O presente trabalho de investigação individual foi desenvolvido tendo por tema a “Política Cultural nas Forças Armadas – Uma necessidade?”, balizado por dois tópicos orientadores, a cultura como factor de interpenetração entre as Forças Armadas e a sociedade civil e a divulgação cultural na organização e da organização.

Para o efeito, utilizando a metodologia estabelecida nas Normas de Execução Permanente (NEP n.º DE 218, de 14 de Abril de 2010), do Instituto de Estudos Superiores Militares, complementada, no aplicável, pelo modelo de investigação plasmado no “Manual de Investigação em Ciências Sociais” e adoptando como método de abordagem o “hipotético-dedutivo”, recorreu-se a pesquisa e consulta de documentação, obras e textos bibliográficos e *sites* da *WorldWideWeb* (WWW), e, para a recolha de informação de âmbito institucional, a entrevistas presenciais, a personalidades de reconhecido mérito e a actuais responsáveis dos ramos das FFAA com responsabilidades e competências na área cultural, tendo em vista obter elementos que permitissem a verificação e a validação das hipóteses estabelecidas, responder às questões derivadas e, conseqüentemente, à questão central deduzida do tema “A produção, a divulgação e a preservação dos bens, das actividades e das características culturais próprias das Forças Armadas (FFAA), carecem da definição de uma política específica?”.

Na introdução, para além dos aspectos supra mencionados, foi referida ainda a utilidade, oportunidade e interesse do tema, identificados o objecto de estudo e sua delimitação, os seus objectivos, geral e específicos, e a definição de cultura usada como referencial ao longo de todo o trabalho.

No primeiro capítulo foi efectuada uma breve caracterização de Portugal, enquanto Nação e Estado soberano, com fronteiras definidas e estáveis, sem fracturas étnicas ou ráticas, com uma língua, uma identidade e uma cultura próprias. Essa identidade e cultura, onde o mar está sempre presente, sendo produto de uma viagem de séculos por uma encruzilhada de povos, que a enformou e que a fez crescer, resulta também, no seu núcleo de características constantes, da existência de instituições de referência eminentemente nacionais, como as Forças Armadas, que sempre souberam, impulsionando toda a sociedade para as adaptações que os tempos e as circunstâncias exigiam, contribuir para salvaguardar, divulgar e transmitir com eficácia às gerações futuras todo um legado de princípios, regras, valores e comportamentos que fazem parte da nossa cultura e da nossa identidade nacional.



No segundo capítulo foram analisadas as actividades culturais desenvolvidas pelos ramos das FFAA, através dos respectivos órgãos de natureza cultural, cuja caracterização das missões e das tarefas realizadas permite evidenciar a assumpção de responsabilidades, envolvendo várias disciplinas e áreas de intervenção, que com a organização, os acervos e meios existentes se constituem como um importante veículo de entrosamento e de interpenetração entre a instituição militar e a sociedade civil, justificando por si só, face à dimensão quantitativa e qualitativa daquelas responsabilidades, a adopção de uma política cultural coerente e otimizada, no sentido de proteger, promover, otimizar, rentabilizar e divulgar o património e as actividades da área cultural de cada ramo e, não menos importante, de demonstrar publicamente a relevância do seu contributo para a coesão, desenvolvimento sustentado e o bem-estar da sociedade.

Por fim, no terceiro capítulo, discorreu-se sobre os conceitos e perspectivas que devem enformar uma política cultural a adoptar pelos ramos das Forças Armadas, face aos objectivos e à lógica de actuação a que deve obedecer e qual o ambiente onde se vai inserir, tendo em vista alcançar junto dos públicos de interesse (população, em particular a camada mais jovem, estudantes do ensino básico, secundário e complementar, decisores públicos, *media* e fazedores de opinião, e aos seus próprios elementos) a divulgação e o reconhecimento do seu contributo na defesa, segurança e autoridade do Estado e no desenvolvimento económico, científico e cultural de Portugal, mostrando a instituição militar como referencial incontornável no panorama nacional e afirmando-a como uma opção profissional, reputada e de prestígio para as novas gerações.

Assim, face ao expandido ao longo do trabalho, às conclusões retiradas e agora sumarizadas, verifica-se que as hipóteses estabelecidas foram validadas e respondem afirmativamente às questões derivadas, o que permite afirmar que a implementação de uma política cultural é uma necessidade, dir-se-á, uma imprescindibilidade, pelo que a recomendação resultante é a de que os ramos das Forças Armadas assim procedam, dedicando mais atenção, investimento e divulgação a um dos seus mais duradouros e estratégicos pilares de sustentação e afirmação, a sua identidade cultural.



BIBLIOGRAFIA

- BARRENTO, António (2010). *Da Estratégia*. Lisboa: Coleção Pensamento Estratégico.
- BETHENCOURT, Francisco (2002). Reflexões para uma Política Cultural, in Carlos Monjardino (ed.), *Contributos para uma política construtiva*. Lisboa: Âncora.
- BLOCKEEL, Francesca (2001). *Identidade e Alteridade*. Lisboa: Editorial Caminho.
- BORGES, Paulo Alexandre Esteves (1998). *Agostinho da Silva – Dispersos*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- BRANCO, Miguel Castelo (2007). *Política cultural do Estado: patriotismo, exaltação e fixação* [Em linha]. Referência de 31 de Março de 2011. Disponível em http://www.alamedadigital.com.pt/n6/politica_cultural_estado.php.
- COSTA, António Firmino da (1997). *Políticas Culturais: Conceitos e Perspectivas* [Em linha]. Referência de 31 de Março de 2011. Disponível em http://www.oac.pt/pdfs/OBS_2_Pol%C3%ADticas%20Culturais_Conceitos%20e%20Perspectivas.pdf.
- DIAS, Jorge (1961). *Ensaio etnológico*, n.º 52 do estudo de Ciências Políticas e Sociais. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.
- EXÉRCITO (2009). *Anuário Estatístico do Exército*. Lisboa: Exército.
- EXÉRCITO (2011). *Missão e Visão da DHCM* [Em linha]. Referência de 31 de Março de 2011. Disponível em http://www.exercito.pt/sites/DHCM/Paginas/Visao_e_Missao.aspx.
- FORÇA AÉREA (2009). *Anuário Estatístico da Força Aérea*. Lisboa: Força Aérea.
- GOVERNO (2009). Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de Setembro. *Lei Orgânica do Exército*. Lisboa: INCM
- GOVERNO (2009). Decreto-Lei n.º 232/2009, de 15 de Setembro. *Lei Orgânica da Força Aérea*. Lisboa: INCM
- GOVERNO (2009). Decreto-Lei n.º 233/2009, de 15 de Setembro. *Lei Orgânica da Marinha*. Lisboa: INCM
- LIMA, Augusto Mesquitela, MARTINEZ, Benito, FILHO, João Lopes (1987). *Introdução à Antropologia Cultural*. 7.ª Edição. Lisboa: Editorial Presença.
- MARINHA (2006). *A Cultura na Marinha*. Lisboa: Academia de Marinha.
- MARINHA (2009). *Anuário Estatístico da Marinha*. Lisboa: Marinha.
- MARINHA (2011). *Directiva de Política Naval*. Lisboa: Marinha
- MARTINS, Joaquim de Oliveira (1908). *História de Portugal – Tomo Primeiro*. 7.ª Edição. Lisboa: livraria Editora [Em linha]. Referência de 04 de Janeiro de 2011. Disponível em <http://www.gutenberg.org/files/34387/34387-h/34387-h.htm>.



- MARTINS, Guilherme d'Oliveira (2008). Identidade e Diferença. A Cultura como Factor de Defesa e de Coesão. Nação e Defesa N.º 119 – 3.ª Série (167-178). Lisboa: IDN.
- MATOS, Sérgio Campos (2002:123 - 139). História e identidade nacional – A formação de Portugal na historiografia contemporânea [Em linha]. Referência de 04 de Janeiro de 2011. Disponível em <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/matos.pdf>.
- MATTOSO, José (2008). A Identidade Nacional [Em linha]. Referência de 04 de Janeiro de 2011. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/5546519/Jose-Mattoso-A-identidade-nacional-pdfrev>.
- NEVES, João Manuel Lopes Pires Neves (2007). As Forças Armadas e a Defesa Nacional. Da Política e dos fins à Estratégia e aos meios – um contributo. Lisboa: Edições culturais da Marinha.
- RIBEIRO, Margarida Calafate (2004). Uma História de Regressos – Império, Guerra Colonial e Pós-colonialismo. Porto: Editorial Afrontamento.
- RIUTORT, Philippe (1999). Primeiras Lições de Sociologia. Lisboa: Gradiva.
- SANTO, General Gabriel Augusto do Espírito (2008). Nação, Estado e Instituição Militar. Revista Militar N.º 2471 [Em linha]. Referência de 04 de Janeiro de 2011. Disponível em <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=251>
- TELO, António José (2005). O papel dos militares nas Grandes Mudanças em Portugal – Uma perspectiva de conjunto. Nação e Defesa N.º 112 – 3.ª Série (103-136). Lisboa: IDN.
- UNESCO (2001). Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural [Em linha]. Referência de 24 de Novembro de 2010. Disponível em http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/docs/cul_doc.php?idd=15.
- WIKIPEDIA (2010). Portugal [Em linha]. Referência de 24 de Novembro de 2010. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Portugal>.



APÊNDICE 1

Diagrama de Validação

| Enunciado do Tema | Questão Central | Questões Derivadas | Hipóteses | Confirmação das Hipóteses | Resposta à Questão Central |
|---|---|---|---|---|--|
| Política Cultural nas Forças Armadas – uma necessidade? | A produção, a divulgação e a preservação dos bens, das actividades e das características culturais próprias das Forças Armadas (FFAA), carecem da definição de uma política específica? | QD 1: São os ramos das FFAA depositários de capacidades de natureza cultural que lhes possibilitem vincar, consolidar e influenciar a mentalidade e a vontade nacionais? | HIP 1: As FFAA contribuem para a formação da identidade e cultura nacionais. | Confirmada Cap. 1, Secção d., pág. 7 | A implementação de uma política cultural é uma necessidade, dir-se-á, uma imprescindibilidade, pelo que a recomendação resultante é a de que os ramos das Forças Armadas assim procedam, dedicando mais atenção, investimento e divulgação a um dos seus mais duradouros e estratégicos pilares de sustentação e afirmação, a sua identidade cultural. |
| | | QD 2: A concepção de uma política cultural no âmbito dos ramos das FFAA é desejável e exequível, face aos meios disponíveis? | HIP 2: A dimensão quantitativa e qualitativa das responsabilidades de natureza cultural dos ramos das FFAA implica uma gestão coerente e optimizada. | Confirmada Cap. 2, Secção f., pág. 30 | |
| | | QD 3: Quais as finalidades, que objectivos e que resultados se visam alcançar com uma política cultural? | HIP 3: A implementação de uma política cultural por parte dos ramos das FFAA é facilitadora de abertura e reconhecimento junto da sociedade civil. | Confirmada Cap. 3, Secção e., pág. 37 | |



APÊNDICE 2

Agenda Cultural da Marinha (Março – Maio 2011)



APRESENTAÇÃO

Este é o primeiro número de uma "agenda" que se pretende útil na complementaridade de outros elementos de informação que visam divulgar a actividade que, no domínio da cultura, a Marinha promove e realiza, em particular no âmbito da preservação do património e da herança cultural dos Portugueses.

Entende-se que não basta concretizar iniciativas de índole cultural. Estas só serão eficazes se estimularem a adesão e participação pública. O propósito desta Agenda Cultural é, exactamente, o de contribuir para a concretização desse desiderato.

O período a que respeita este número abrange, entre outras, as comemorações do Dia Internacional do Museu e Sítios, em 18 de Abril e da chegada de Vasco da Gama à Índia, em 20 de Maio, Dia da Marinha 2011, cujas celebrações se centram em Setúbal, entre 13 e 22 de Maio.


O Dia Internacional dos Monumentos e Sítios conta com o envolvimento dos órgãos de natureza cultural, merecendo especial destaque a realização de um itinerário Cultural e Patrimonial, com visitas guiadas a alguns dos mais emblemáticos edifícios da Marinha na margem norte do Tejo.

O Dia de Marinha terá, na vertente da divulgação e cultura, as suas expressões mais significativas na Exposição de Actividades da Marinha, a realizar na Casa da Baía, em Setúbal, bem como nos usuais e muito apreciados concertos da Banda da Armada. O detalhe do programa que, na presente data, é possível confirmar, encontra-se mais à frente, nas páginas desta Agenda.

Por fim, gostaríamos de relevar que, na Marinha, a acção cultural não se esgota nas iniciativas promovidas pela Comissão Cultural de Marinha e pelos órgãos que esta dirige. Por essa razão, neste número da Agenda Cultural encontra-se igualmente informação relativa às actividades programadas pela Academia de Marinha. Esperamos que, no futuro, possamos incluir informação sobre as iniciativas que outros órgãos da Marinha desenvolvem que contribuem também, de um modo significativo, para o desenvolvimento de uma cultura marítima em Portugal.



| | ÍNDICE |
|---|--------|
| Destaque | 03 |
| Dia da Marinha 2011 | |
| Dia Internacional dos Monumentos e Sítios | |
| Congo Cordão e Sarcófago Cabral e a 1ª Travessa do Atlântico Sul na "Memória do Mundo" da UNESCO. | |
| Oficina viva de Modelismo do Museu da Marinha | |
| Programação | 07 |
| Academia de Marinha | |
| Aquário Vasco da Gama | |
| Comissão Cultural de Marinha | |
| Museu da Marinha | |
| Planetário Colóquio Gulbenkian | |
| Património | 15 |
| Aquário Vasco da Gama | |
| Biblioteca Central de Marinha | |
| Obra "Hypnotomachia poliphili" | |
| Processo crítico os participantes, no assalto ao "Santa Maria" | |
| Museu da Marinha | |
| Alta Potência – Vasco da Gama | |
| Atolábio Planetário | |
| Calendário | 21 |
| Contactos | 23 |



Dia da Marinha 2011

A 20 de Maio de 1498, Vasco da Gama, a mando do Rei D. Manuel I, alcançou o Oriente por via marítima. A viagem simbolizou a afirmação de Portugal como uma potência marítima ao nível global, durante muitas décadas do século XVI.

A Marinha Portuguesa celebra anualmente a efeméride, adoptada como Dia da Marinha, através de um conjunto de realizações comemorativas com especial enfoque numa cidade do litoral português.

Setúbal será, este ano, a cidade anfitriã. A relação da cidade e das suas gentes com o mar, mantida ao longo de séculos, o porto, de enorme importância para a economia nacional e a tradição nas actividades ligadas ao mar, tornam Setúbal uma escolha exemplar para as comemorações do Dia da Marinha 2011, de 13 a 22 de Maio.

A Exposição de Actividades da Marinha, já tradicional, estará este ano patente na Casa da Bola, diariamente, das 1000 às 1300 horas e das 1500 às 1900 horas.


Mesmo em frente, no largo José Afonso e com os mesmos horários, possibilita-se o acesso a diversos tipos de simuladores de treino ou ao desenvolvimento de um conjunto de experiências radicais, incluindo baptismos de mergulho, escalada ou percurso de aríet.

Em 20 de Maio, dia da chegada da Armada de Vasco da Gama à Índia, terá lugar, também no largo José Afonso, um concerto ao ar livre da Banda da




DESTAQUES


03



Armada, aberto a toda a população de Setúbal. Um outro concerto da Banda da Armada terá lugar na noite de 21 de Maio, em Tróia, na sala-auditório do Casino de Tróia.



Finalmente, no dia 22 será o último dia de comemorações. Após uma missa na Igreja de São Julião, pelas 1000 horas, realizam-se as cerimónias militares, na zona fronteira ao edifício da Capitania do Porto, com início às 1130 horas e que culminam com uma demonstração de capacidades dos meios operacionais na Marinha.



Por fim, a Marinha despede-se de Setúbal com o desfile naval agendado para as 1600 horas da tarde de Domingo.

No Dia da Marinha, o Aquário Vasco da Gama, o Museu de Marinha e o Planetário Calouste Gulbenkian estarão abertos ao público, com entrada livre de quaisquer encargos.


Exposição de Actividades
13 a 22 de Maio

Fun Place - *Indústria e Arte em Fun*
13 a 22 de Maio

Concerto da Banda da Armada
Aberto a população de Setúbal, Largo São Martinho
20 de Maio

Cerimónia Militar *com demonstração de capacidades*
22 de Maio (Parque da Fronteira)

Desfile Naval
22 de Maio (Parque da Fronteira)



Dia Internacional dos Monumentos e Sítios

Este ano, o tema para o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, a celebrar em 18 de Abril, é a "Água: cultura e património".

A água constitui um bem essencial à vida e tem influenciado, de forma decisiva, a actividade humana. Indispensável como meio de subsistência, fonte de energia e matéria-prima, tem sido um recurso utilizado para as mais variadas fins – circulação e transporte, agricultura, indústria, aplicações terapêuticas, higiene, recreação e lazer, condicionando a evolução das sociedades, a sua distribuição geográfica, e influenciando os ambientes naturais, culturais e paisagens.

A Marinha associa-se às comemorações, facultando, nesse dia, o acesso livre e gratuito ao Museu de Marinha, ao Polo Museológico do Farol do Cabo de São Vicente e ao Aquário Vasco da Gama.

Ainda no dia 18 de Abril e no mesmo contexto, o Quinteto de Sopra da Banda da Armada realiza um concerto no Pavilhão das Galeotas do Museu de Marinha, com início às 1530 horas e a Biblioteca Central de Marinha organiza e realiza, nas suas instalações, uma exposição bibliográfica e documental alusiva.



DESTAQUES

Gago Coutinho e Sacadura Cabral e a 1ª travessia do Atlântico Sul na “Memória do Mundo” da UNESCO.

A “Memória do Mundo” é um programa da UNESCO que visa a preservação e divulgação do acervo documental valioso existente nos arquivos e bibliotecas em todo o Mundo.

Os relatórios, originais e únicos, de Gago Coutinho e Sacadura Cabral relativos à 1ª travessia aérea do Atlântico Sul em 1922 fazem parte do acervo do Arquivo Histórico da Biblioteca Central de Marinha.

Em processo iniciado em Janeiro de 2010, estes relatórios foram objecto de candidatura ao registo da Memória do Mundo, a qual foi aceite.

Aguarda-se a decisão final da UNESCO, a publicar em Maio de 2011.

Oficina viva de Modelismo do Museu de Marinha



Em 25 de Março será inaugurada no Museu de Marinha, uma oficina viva de modelismo dinamizada pelo Grupo de Amigos do Museu de Marinha (GAMM), a qual permitirá aos visitantes do Museu visualizar, em tempo real, a construção de modelos navais em pequena escala.

23 de Março
Inauguração Exposição Temporária “Rota Aérea Lisboa-Funchal (1922-2011)”
Museu de Marinha

18 de Abril
Dia Internacional dos Museus e Sítios

18 de Maio
Dia Internacional dos Museus

CONFERÊNCIAS

| | | |
|--|--|---|
| <p>1 MARÇO - 1930 Ambiente e Segurança: tendências e perspectivas Professor Doutor Viriato Sacramento Marques</p> <p>15 MARÇO - 1930 O Mar na Religião Padre Doutor Joaquim Carneiro das Neves</p> <p>22 MARÇO - 1930 O Mar na Hagiografia Medieval Professor Doutor Américo Martins</p> <p>29 MARÇO - 1930 Reformas militares da República Comandante António Silva Ribeiro</p> | <p>5 ABRIL - 1930 Navio-escola Sagres A viagem de circun-navegação 2010 Capitão-de-Mar-e-Guerra Luís Proença Mendes</p> <p>12 ABRIL - 1930 A minha demasiada comissão de embarques. A emoção da novidade, o júbilo da vitória, o hálio da despedida Comandante MVA Fátima Antunes</p> <p>19 ABRIL - 1930 No rasto do Fogo que fomos e somos Engenheiro José Ciro Proença</p> | <p>3, 10 e 17 MAIO - 1930 Ciclo “A Marinha na Guerra Peninsular”</p> <p>3 MAIO - 1930 A Marinha de Guerra no Cerco de Cádiz, 1810-1812 Professor Doutor António Ventura</p> <p>10 MAIO - 1930 O Poder Marítimo português no início do século XIX Capitão-de-Mar-e-Guerra José Rodrigues Pereira</p> |
|--|--|---|

EXPOSIÇÃO

ATÉ OUTUBRO DE 2011
“Biodiversidade, Conservar Hoje para Viver o Amanhã”

A exposição tem por objectivo sensibilizar os visitantes para a importância da biodiversidade e para a necessidade imperiosa de se conservar este património natural. A exposição está patente no auditório do Aquário Vasco da Gama. O Programa Pedagógico do Aquário continua a desenvolver-se e a registar forte adesão, nomeadamente através da realização de visitas escolares guiadas e festas de aniversário.



PROGRAMAÇÃO

17 MAIO - 1930
O Uso do Mar na Guerra Peninsular: uma equação da Balança do Poder na perspectiva dos jovens marinheiros
Ponente: Dr. Carlos Baptista Valente


24 MAIO - 1930
O Mar na coleção do Museu Nacional de Arte Antiga
Professor Doutor António Rijo Pereira

28 DE MAIO - 1015
A Academia de Marinha leva a efeito a sua 7ª Sessão conjunta com a ICEA sob o tema "O Mar que nos une – Reflexões sobre o Mar no futuro de Portugal".
A sessão terá lugar na Escola aquilão da Casa de Cultura, Jaime Iôco e Silva, com início às 1015 horas e término às 1815 horas.

ACADEMIA DE MARINHA



AQUÁRIO VASCO DA GAMA



18 ABRIL E 22 MAIO
Itinerários Culturais e Patrimoniais

Coincidindo com o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, em 18 de Maio, será realizado um "Itinerário Cultural e Patrimonial – Visita Guiada", englobando edifícios da Marinha de significativo e reconhecido valor histórico e patrimonial, sediados em Lisboa.

O Itinerário, para um máximo de 30 pessoas, será permanentemente acompanhado e incluirá visitas guiadas ao Hospital da Marinha, às Instalações Centrais da Marinha, junto à Praça do Comércio (ruas da antiga Arsenal de Marinha) e ao Convento da Trindade, local onde hoje está instalado o Instituto Hidrográfico.

O Itinerário iniciará-se às 0930 horas e terminará pelas 1730 horas.

A inscrição e a realização do Itinerário são livres de encargos, com excepção do almoço. A abertura para inscrições será divulgada na Internet e na Intranet da Marinha.

Este Itinerário será repetido em 22 de Maio, no contexto das comemorações do Dia da Marinha 2011.



PROGRAMAÇÃO

COMISSÃO CULTURAL

MARÇO A MAIO
Edições Culturais

Nos próximos meses a Comissão Cultural de Marinha (CCM) vai editar duas novas publicações.

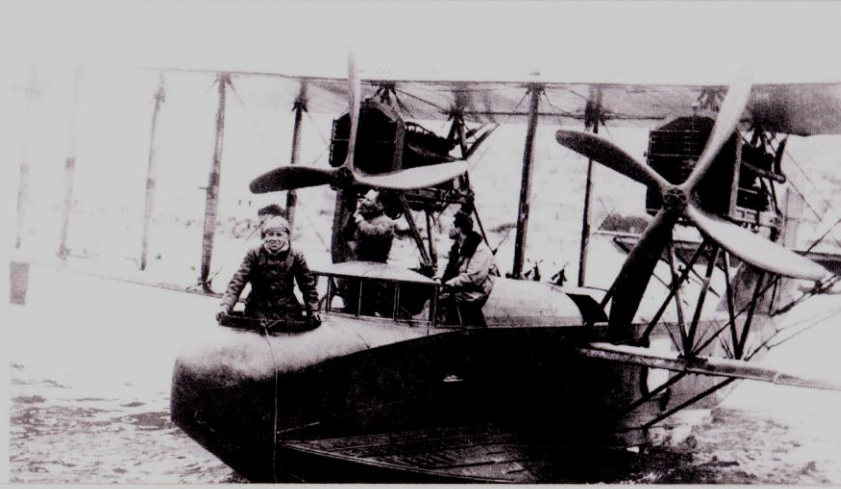


Uma será o Catálogo da Exposição "A Marinha na República". A Exposição, inserida nas Comemorações Nacionais do Centenário da República, e com dois núcleos distintos, esteve patente na Casa da Balança e no Museu de Marinha até 31 de Janeiro deste ano, sendo que agora se lança o catálogo referente às Comemorações da Implantação da República.

A CCM tem também programado o lançamento da primeira de uma série de Bandas Desenhadas sobre o tema "A Guerra em África – A Nossa História". Esta edição surge 50 anos depois das iniciais das operações militares no norte de Angola em 1961, no intuito de recordar a efeméride. O título da primeira Banda Desenhada é "Do Índico ao Niassa" e retrata a difícil missão de transportar por terra através do Mocimbanque duas lâmpadas de fiscalização, a "Vesúvio" e a "Mercúrio", até ao lago Niassa.

Nos próximos meses serão ainda lançadas as seguintes obras: "Oficinas Europeias sobre Angola: Ocupação do território, operações militares, conhecimento dos povos, projeto de modernização 1883-1918", e "O Publico Real do Alentejo – Da fundação à contemporaneidade (séculos XVIII-XX) Percursos e Funcionalidades".

A Guerra em África - A nossa história
DO ÍNDICO AO NIASSA

2010





PROGRAMAÇÃO

MUSEU DE MARINHA

ABERTURA A 23 MARÇO
Exposição comemorativa Raid Aéreo Lisboa-Funchal (1921-2011)

Esta exposição celebra os 90 anos do Raid Aéreo Lisboa-Funchal, realizado em 22 de Março de 1921. Protagonizado pelos pilotos Gago Coutinho, Sacadura Cabral e Ortina Bettencourt, acompanhados do mecânico Ruy Soubiran a bordo do hidroavião F3, este voo, o primeiro entre o Continente e a Madeira, foi o grande teste para a travessia do Atlântico, conseguida em 1922.

Para além de evocar a acção dos seus protagonistas, a exposição pretende igualmente dar a conhecer os objetivos da viagem. O principal consistia em testar o sistema de navegação aérea, usando-se para o efeito o primeiro sextante com horizonte artificial concebido e aperfeiçoado por Gago Coutinho e que podia ser usado a bordo de aeronaves.

Um outro instrumento, construído com a colaboração de Sacadura Cabral, a que deram o nome de «placoi de abatimentos ou corrector de rumos», permitia, como o próprio nome indica, calcular de forma simples e expedita a compensação necessária para a correcção do rumo a seguir.

Concluída a viagem após cerca de sete horas e meia, ficou demonstrado efectivamente a precisão destes inovadores instrumentos que iriam ser determinantes no sucesso da travessia aérea do Atlântico Sul entre Lisboa e o Rio de Janeiro, entre 30 de Março e 17 de Junho de 1922.



ABERTURA A 18 MAIO
Exposição "Os Navios da Primeira República"

Composta por 21 aguarelas da autoria do Arquitecto Fernando Lemos Gomes, esta mostra inclui os principais navios que serviram a Marinha Portuguesa durante a Primeira República.

Com base em desenhos e planos originais e de fotografias de época, as aguarelas representam, com elevado rigor, as diferentes classes de navios daquele período, desde os cruzadores envolvidos na Revolução Republicana, até aos submarinos que constituíram a primeira esquadilha.



AÇÕES DE DIVULGAÇÃO

Em complemento da sua actividade principal, a realização de sessões de astronomia, o Planetário Calouste Gulbenkian possui um conjunto de elementos de informação de natureza didáctico-cultural, subordinados aos temas:

"A Astronomia no Portugal de Hoje"
"Hubble Vision",



PROGRAMAÇÃO

MUSEU DE MARINHA

ATÉ 28 DE MAIO
Exposição de modelos do GAMMA.

Encontra-se patente na Sala Setcos, por iniciativa do Grupo de Amigos do Museu de Marinha (GAMMA).

Os modelos expostos foram construídos por elementos do GAMMA e representam navios destinados a funções tão diversas como a pesca ou o combate no mar.

A exposição é complementada por uma mostra fotográfica, na qual se apresentam imagens dos navios e embarcações representadas nos modelos.

PLANETÁRIO GULBENKIAN

"A Biodiversidade no âmbito da Década da Biodiversidade"
"As Florestas no âmbito do Ano Internacional das Florestas"

O acesso público faz-se em simultâneo com a entrada para as sessões do planetário.

AQUÁRIO VASCO DA GAMA

O Aquário Vasco da Gama foi inaugurado em 1898, sob o alto patrocínio do Rei D. Carlos I. Entregue à Marinha Portuguesa em 1901, tem vindo a desempenhar desde sempre um notável papel de divulgação da Vida Aquática em Portugal, através de um Museu e de um Aquário.

O Museu exhibe uma grande variedade de animais marinhos conservados em meio líquido e naturalizados, bem como reproduções em fibra de vidro e resinas sintéticas. É no entanto a "Coleção Oceanográfica D. Carlos I" o seu espólio mais valioso.

O Aquário, com o dinamismo e cor dos animais vivos, complementa a imagem do Mundo Aquático oferecida pelo Museu, exibindo mais de 300 espécies de água doce e salgada, provenientes de ambas as hemisférios.

O destaque é concedido à Fauna Marinha Portuguesa.

BIBLIOTECA CENTRAL DE MARINHA
Obra *Hyperotomachia poliphili*

Um dos quatro incunábulo da Biblioteca Central de Marinha, a obra *Hyperotomachia poliphili*, considerada o primeiro "livro moderno", foi composta com caracteres romanos (e em parte gregos), e ilustrada com gravuras a preto e branco. O *Hyperotomachia* foi designado como "o mais famoso e o mais belo livro ilustrado que se publicou, ao lado da Bíblia de Gutenberg".

A tipografia deste livro foi desenvolvida pelo bolonhês Francesco Griffo para o editor veneziano. A combinação de texto e imagem dão provas de um finíssimo estilo e de insular sentido de harmonia e equilíbrio.

A obra, impressa exclusivamente a cor negra, marca uma mudança radical na estética dos livros, que na época medieval vinham guarnecidos de ilustrações a cor e ornados com pomposos iniciais.



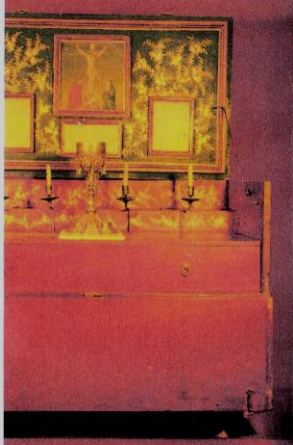
PATRIMÓNIO

MUSEU DE MARINHA
Altar Portátil – Vasco da Gama

Número de Inventário: MB-170
Autor: Desconhecido
Dimensões: 102 cm (comprimento) x 57 cm (largura) x 34 cm (altura) [fechado]
Época: Séc. XV
Material: Madeira de carvalho, ferro, mármore e policromia
Local de Exposição: Sala das Descobertas
Proveniência: Doação. Cte. Alcaim Cabral, 18FFV1999

Descrição: Altar em madeira, quando fechado apresenta a forma de arca, de cor vermelha escura, com pinturas decorativas no interior. 4 castiçais em ferro forjado e pedra de ara, contendo a face interna da tampa uma pintura de feição religiosa, representando Cristo na cruz e três pequenas molduras com textos alusivos à Missa. O altar está colocado sobre uma base de madeira, tipo mesa, com 4 pés, com 102 cm de comprimento x 52 cm de largura x 77 cm de altura.

Segundo a tradição, este altar acompanhou Vasco da Gama a bordo da nau “S. Gabriel” na viagem de descobrimento do caminho marítimo para a Índia em 1497.





MUSEU DE MARINHA
Astrolábio Planisférico

Número de Inventário: B4-B-79
Autor: Nicol Pissani
Dimensões: 219 mm (diâmetro) x 8 mm (espessura)
Época: 1616
Material: Latão
Local de Exposição: Sala das Descobertas
Proveniência: Escola Naval

Instrumento de origem grega, que se difundiu na Europa Medieval, por via dos Árabes.

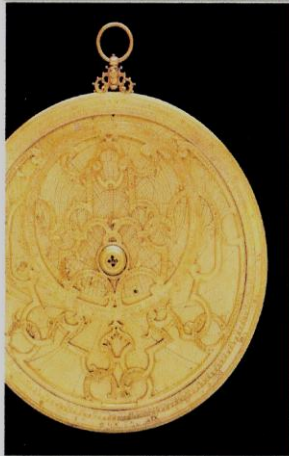
O astrolábio planisférico servia para a realização de cálculos astronómicos complexos, nomeadamente a posição de diversas astros, para um determinado instante; cálculo de horas e medição da altura dos astros.

Era composto por um disco circular, conhecido por «madre», sendo a sua margem graduada em horas em graus, ou ambos.

Sobre este disco colocava-se um outro conhecido por «tímpano». Existiam vários destes discos, escolhendo-se aquele que se queria utilizar em



PATRIMÓNIO



função da latitude. Estes continham uma série de linhas curvas, que representavam valores de altura e direcção.

Existiam ainda outra peça circular que se colocava por cima, a «varinha» na qual estavam marcadas as posições das estrelas mais brilhantes.

Possuía além disso uma peça móvel, a alidade, que permitia medir a altura dos astros. Este tipo de astrolábio evoluiu para um instrumento mais simplificado, o astrolábio náutico, bastante utilizado pelos navegadores portugueses a partir do século XV.

| MARÇO | | | |
|---|--|--|--|
| CCM Lançamento do Catálogo da Exposição "A Marinha na República" | | CCM Lançamento da Círculo em Banda Desenhada "Do Índico ao Atlântico" | |
| 12 | 21 | 21/22 | 23 |
| MM "Real Arquivo Lábrea-Tunchil" Conferência Bibliográfica do GAWMA | PCG Comemorações Dia Mundial da Arqueologia e do Património | BA Concerto no Colégio das Recreios, Projecto didáctico-curricular "Lisboa 1492" | MM "Real Arquivo Lábrea-Tunchil" (1921-2011) Inauguração Exposição Temporária |
| 06 | 08 | 09 | 18 |
| BA Concerto Santa Maria da Feira, Projecto didáctico-curricular "Lisboa 1492" | PCG Palestra com exposição, de 2100 horas, com entrada gratuita | PCG Palestra com exposição, de 2100 horas, com entrada gratuita | CCM Dia Internacional dos Museus e Sítios Heráldicos, Culturais e Patrimoniais, Lisboa |
| 19 | 14 | 18 | 20 |
| Dia da Marinha Sotil Inauguração Exposição e Actividades | MM "Os Rápazes Armados na Marinha Mercante" Conferência Palestra do P.º g.º do Exército Conferência Bibliográfica do GAWMA | MM "Os Navegantes da Primeira República" Inauguração da Exposição Temporária | BA Concerto Banda da Armada, Sotil no âmbito do Dia da Marinha |



